



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A Guarda Nacional Republicana no Apoio ao Idoso no Concelho de São Brás de Alportel**

**Autor: Aspirante Inf GNR Marco Vitória Barreiros**

**Orientador: Professor Doutor José Fernandes Fontes Castelo Branco**

**Co-Orientador: Major Inf GNR Rogério Paulo Magro Copeto**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, agosto de 2012**



## **ACADEMIA MILITAR**

### **A Guarda Nacional Republicana no Apoio ao Idoso no Concelho de São Brás de Alportel**

**Autor: Aspirante Inf GNR Marco Vitória Barreiros**

**Orientador: Professor Doutor José Fernandes Fontes Castelo Branco**

**Co-Orientador: Major Inf GNR Rogério Paulo Magro Copeto**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, agosto de 2012**

## Dedicatória

*Aos meus pais e  
irmãos.*

## Agradecimentos

A vós, que ledes estas linhas, quero dizer que nada do que encontrais gravado ao longo das próximas páginas, é obra do mero acaso. É sim fruto do contributo inestimável de diferentes pessoas às quais muito devo e a quem publicamente, aqui, deixo expresso o meu, mais profundo, reconhecimento:

Ao Professor Doutor José Fontes, com o qual um dia, numa das primeiras lições nos bancos de Academia tive a oportunidade de me cruzar. Pessoa por quem tenho grande estima, e que para mim sempre se revelou como um exemplo, quer seja pela sua inconfundível postura, o seu conhecimento, a sua dedicação aos alunos e ainda pelos sábios concelhos que incessantemente nos deu, incentivando-nos sempre a ser exigentes connosco próprios.

Ao Major Rogério Copeto, que, em virtude da vasta experiência que tem vindo a construir enquanto Oficial da Guarda, de forma assertiva, sempre me orientou para o melhor caminho a seguir. O seu envolvimento, a sua atenção e a sua presença incontornável foram, para mim, fundamentais.

Ao Capitão Paulo Santos, que amavelmente me recebeu, e que desde os primeiros passos desta minha investigação, quando o projeto se encontrava, ainda, na sua fase mais incipiente, teve um esforço incansável em me elucidar da realidade, que enquanto profissional, de forma exímia, tão bem conhece.

Ao Sargento-Ajudante Luís Guerreiro, homem de grande humanidade e profissionalismo, pela preciosa ajuda que me facultou ao longo das várias semanas da minha estadia em São Brás de Alportel e que, de forma voluntária e interessada, fez o favor de me apresentar às diversas entidades locais.

Ao Tenente-Coronel Joaquim Grenho, pela sua disponibilidade e pela forma como, em diversos momentos, se prontificou a facultar-me informação determinante para que o meu estudo se colocasse em marcha.

Ao Tenente-Coronel Fernando Bessa que, enquanto diretor de curso, nesta tenra fase da nossa juventude, sempre nos transmitiu os concelhos acumulados ao longo de uma carreira ao serviço da Guarda, e nos consciencializou para o quão grande é o desafio que em breve aceitaremos, quando recebermos em nossas mãos a espada, símbolo das funções de comando.

À Academia Militar, instituição secular, que desde o primeiro momento, forjou em nós os nobres valores que caracterizam um Oficial, e que a cada dia contribuiu não só para

nos formar enquanto militares, mas também para nos tornarmos melhores enquanto pessoas.

Às várias instituições que me abriram as suas portas, e aos seus profissionais pelos testemunhos, de enorme riqueza, que atenciosamente me concederam.

À minha irmã, Inês Barreiros, pelo seu apoio incondicional e pelo seu atento trabalho de revisão ao longo das várias etapas do meu trabalho.

Aos meus camaradas de curso, com os quais ao longo dos últimos cinco anos privei inúmeros momentos da minha vida, que me marcaram e que jamais serão apagados da minha memória.

Agradeço ainda, àqueles cujo nome não se encontra presente mas que de forma indelével contribuíram para que eu chegasse a bom porto.

A todos vós o meu obrigado!

## Resumo

O presente relatório, intitulado “A Guarda Nacional Republicana no apoio ao idoso no concelho de São Brás de Alportel”, é um *estudo de caso* que tem como finalidade determinar se a atividade que a Guarda desenvolve naquele local, é designadamente a mais adequada, face às necessidades de segurança aí existentes.

Um envelhecimento pronunciado da população portuguesa é uma realidade neste início de século. Os idosos que, simplesmente, esperam poder terminar os seus dias com alguma dignidade e tranquilidade veem-se vulneráveis e, muitas vezes, ameaçados por atividades criminosas. Simultaneamente, para enfrentar os desafios da atualidade, novas políticas públicas de segurança, ao longo das últimas duas décadas, emergiram nos discursos políticos. A reboque destas, materializado num novo paradigma da segurança, surge o policiamento de proximidade, uma filosofia de atuação que a Guarda adotou. Assim, consciente das vulnerabilidades dos idosos, assume em permanência o programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”, alvo desta investigação.

Para responder à questão central, formularam-se várias questões de investigação, bem como um conjunto de hipóteses. Através da realização de entrevistas, da análise documental dos autos de crimes registados ao longo do último triénio e dos resultados da operação “Censos Sénior 2012”, procurou-se obter as desejadas respostas. Após a sua conclusão, aferiu-se que 95% dos idosos vulneráveis vivem na vila de São Brás de Alportel ou nas suas proximidades. A análise da criminalidade demonstrou que o crime que mais afeta os idosos ocorre no seu próprio lar: o furto em interior de residência. Para garantir a segurança desta população, a Guarda estabelece diariamente parcerias informais com diversas entidades locais, prevalecendo uma dinâmica de “sinalização — encaminhamento”, complementada por ações de sensibilização. No referente ao programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”, detetaram-se algumas limitações resultantes, designadamente, da formação dos militares, bem como, da carência de efetivo. Tal facto repercute-se na forma como executam o serviço, mostrando-se com dificuldades em, diariamente, se empenharem na segurança dos idosos. Porém, é de ressaltar que estas são, em muito, suplantadas pela forma *engenhosa* como o Posto Territorial executa o patrulhamento na localidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segurança; Políticas públicas de segurança; Policiamento de proximidade; Idoso; *Apoio 65 — Idosos em Segurança*.

## *Abstract*

This report, entitled “The Republican National Guard in support of the elderly in the municipality of São Brás de Alportel”, is a case study whose purpose is to determine whether the activity developed by the Republican National Guard is the most appropriate for the security needs of that municipality.

A pronounced aging of the Portuguese population is a reality in this century. Elderly people, who simply hope to finish their lives with some dignity and tranquility, find themselves vulnerable and often threatened by criminal activity. Simultaneously, in order to meet the challenges of today, new public safety policies, over the last two decades, emerged in the political speech. In the wake of these challenges, embodied in a new security paradigm, arose the idea of proximity policing, a philosophy of action adopted by the Republican National Guard. Thus, being aware of the vulnerabilities of this population, the Guard permanently assumes the program named “Apoio 65 — Idosos em Segurança” (“Support 65 — Senior Security”), which is the target of this investigation.

In order to answer the central question of this work, we formulated several research questions, as well as a set of hypotheses. Through interviews, documentary analysis of records of crimes which took place over the past three years, and also the results of the operation “Senior Census 2012”, we tried to answer the questions to which we intended to respond. After the conclusion of this work, we measured that 95% of the vulnerable elderly people live in the village of São Brás de Alportel or nearby. Analyzing the crimes, we concluded that the one which affects these people the most occurs in their own home: in other words, the theft inside the residence. To ensure the safety of this population, the Guard provides daily informal partnerships with various local entities, in which prevails a dynamic of “signaling — routing”, complemented by awareness-raising. Concerning the “Support 65 — Senior Security” program, we sensed some limitations based on the training of the military personnel, as well as the lack of manpower. This fact is reflected in how the service runs and constitutes an obstacle in the daily strive to protect the elderly people. However, it is important to clarify that these difficulties are, by far, outweighed by the ingenious conduct of the Territorial “posto” (“post”) in patrolling the municipality.

**KEYWORDS:** Security; Public safety policies; Proximity Policing; Elderly;  
*Support 65 — Senior Security.*

## Índice geral

Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
<i>Abstract</i> .....	vi
Índice geral.....	vii
Índice de figuras.....	x
Índice de quadros.....	xi
Índice de tabelas.....	xii
Lista de apêndices e anexos.....	xiii
Lista de abreviaturas e siglas.....	xiv
Introdução.....	1
0.1. Enquadramento da investigação.....	1
0.2. Importância da investigação e justificação da sua escolha.....	1
0.3. Definição dos objetivos.....	2
0.4. Questão de partida e questões derivadas.....	4
0.5. Hipóteses.....	4
0.6. Metodologia.....	5
0.7. Enunciado da estrutura do trabalho.....	6
Capítulo 1 — Ser idoso.....	7
1.1. Um triunfo para a saúde humana.....	7
1.2. Envelhecimento pronunciado.....	8
1.3. Não é fácil ser <i>velho</i> .....	9
1.4. Os idosos e o crime.....	12
Capítulo 2 — A segurança como um desígnio do Estado.....	14
2.1. Conceito de segurança interna.....	14
2.2. Políticas públicas de segurança.....	15
2.3. <i>Governance</i> da segurança.....	16

---

Capítulo 3 — O policiamento de proximidade.....	18
3.1. O seu aparecimento em Portugal .....	18
3.2. O conceito de policiamento de proximidade .....	19
3.3. O sucesso de uma estratégia de proximidade .....	21
3.4. O policiamento de proximidade na GNR: programas especiais.....	22
3.5. Programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” .....	23
Capítulo 4 — Trabalho de campo.....	25
4.1. Método de investigação .....	25
4.2. Caracterização sócio-demográfica da área de estudo .....	26
4.3. Procedimentos e técnicas.....	28
4.3.1. Recolha documental .....	28
4.3.2. Entrevistas .....	31
4.4. Caracterização da amostra .....	33
Capítulo 5 — Análise e discussão dos resultados .....	35
5.1. Estatística criminal .....	35
5.2. Entrevistas .....	40
Conclusões e recomendações .....	49
i. Verificação das hipóteses enunciadas .....	49
ii. Reflexões finais e recomendações.....	53
iii. Limitações .....	55
Referências bibliográficas .....	56
Apêndices .....	63
Apêndice A — Resumo da investigação .....	64
Apêndice B — Carta de apresentação .....	65
Apêndice C — Guiões das entrevistas .....	66
Guião n.º 1 — Comandante do Destacamento Territorial de Faro.....	66

---

Guião n.º 2 — Comandante do Posto Territorial de São Brás de Alportel.....	67
Guião n.º 3 — Militares afetos ao Núcleo Residência Segura.....	67
Guião n.º 4 — Entidades externas à Guarda .....	68
Guião n.º 5 — Questões específicas do entrevistado n.º 10.....	68
Apêndice D — Grelhas de análise de conteúdo .....	69
Anexos.....	76
Anexo A — Objetivos ministeriais do programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” .....	77
Anexo B — Programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” na GNR.....	79
Anexo C — Operação “Censos Sénior 2012” .....	80
Anexo D — Formação “Apoio a pessoas idosas vítimas de crime e de violência” .....	84

## Índice de figuras

Figura n.º 1 — Mapa do concelho de São Brás de Alportel.....	26
Figura n.º 2 — Censos Sénior 2012, distribuição por idades .....	35
Figura n.º 3 — Censos Sénior 2012, distribuição por estado civil .....	35
Figura n.º 4 — Censos Sénior 2012, distância da residência ao Posto Territorial.....	36
Figura n.º 5 — Caracterização dos dados recolhidos .....	36
Figura n.º 6 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao género .....	37
Figura n.º 7 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao estado civil.....	37
Figura n.º 8 — Correlação entre “género” e “estado civil” da vítima (triénio) .....	38
Figura n.º 9 — Distribuição das vítimas idosas quanto à nacionalidade.....	38
Figura n.º 10 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao tipo de crime.....	38
Figura n.º 11 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao crime cometido .....	39
Figura n.º 12 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao crime cometido .....	40
Figura n.º 13 — Correlação entre furto “em interior de residência” e “estado civil” da vítima (triénio).....	40
Figura n.º 14 — Correlação entre furto “em interior de residência” e “nacionalidade” da vítima (triénio).....	40

## Índice de quadros

Quadro n.º 1 — Resposta à questão n.º 1 .....	69
Quadro n.º 2 — Resposta à questão n.º 2 .....	70
Quadro n.º 3 — Resposta à questão n.º 3 .....	70
Quadro n.º 4 — Resposta à questão n.º 4 .....	71
Quadro n.º 5 — Resposta à questão n.º 5 .....	71
Quadro n.º 6 — Resposta à questão n.º 6 .....	71
Quadro n.º 7 — Resposta à questão n.º 7 .....	71
Quadro n.º 8 — Resposta à questão n.º 8 .....	72
Quadro n.º 9 — Resposta à questão n.º 9 .....	72
Quadro n.º 10 — Resposta à questão n.º 10 .....	72
Quadro n.º 11 — Resposta à questão n.º 11 .....	72
Quadro n.º 12 — Resposta à questão n.º 12 .....	73
Quadro n.º 13 — Resposta à questão n.º 13 .....	73
Quadro n.º 14 — Resposta à questão n.º 14 .....	73
Quadro n.º 15 — Resposta à questão n.º 15 .....	74
Quadro n.º 16 — Resposta à questão n.º 16 .....	75
Quadro n.º 17 — Resposta à questão n.º 17 .....	75

## Índice de tabelas

Tabela n.º 1 — Entidades entrevistadas .....	34
--	----

## **Lista de apêndices e anexos**

### **Apêndices**

Apêndice A — Resumo da investigação

Apêndice B — Carta de apresentação

Apêndice C — Guiões das entrevistas

Apêndice D — Grelhas de análise de conteúdo

### **Anexos**

Anexo A — Objetivos ministeriais do programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”

Anexo B — Programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” na GNR

Anexo C — Operação “Censos Sénior 2012”

Anexo D — Formação “Apoio a pessoas idosas vítimas de crime e de violência”

## Lista de abreviaturas e siglas

AM	Academia Militar
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
<i>Apud</i>	Citado em
Art.º	Artigo
CDF	Comando de Doutrina e Formação
Cfr.	Confrontar
CG	Comando Geral
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
Cmdt	Comandante
CMSBA	Câmara Municipal de São Brás de Alportel
CO	Comando Operacional
CP	Código Penal
CRP	Constituição da República Portuguesa
DE	Direção de Ensino
DECO	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
DGPI	Direção-Geral da Política de Justiça
DO	Direção de Operações
DTer	Destacamento Territorial
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EN	Estrada Nacional
Ent.	Entrevistado
Fig.	Figura
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
IAVE	Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
Km	Quilómetro (unidade de medida de comprimento)

LSI	Lei de Segurança Interna
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
MP	Ministério Público
N.º	Número
NCS	Núcleo Comércio Seguro
ND	Não Definido
NEP	Norma de execução permanente
NES	Núcleo Escola Segura
NIS	Núcleo Idosos em Segurança
NPE	Núcleo de Programas Especiais
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OG	Ordem à Guarda
PSP	Polícia de Segurança Pública
PTer	Posto Territorial
QD	Questão derivada
SIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais
SPE	Secção de Programas Especiais
TSP	<i>Tourist Support Patrol</i>

## **Introdução**

### **0.1. Enquadramento da investigação**

A Academia Militar é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar. Assim, à semelhança do que acontecera com os restantes estabelecimentos de ensino superior, também, aderiu ao Processo de Bolonha, que começaria a ser implementado formalmente a partir de novembro de 2003, e que desencadeou a reestruturação dos cursos que ali eram ministrados. Integrado na nova estrutura curricular do curso de formação de Oficiais e destinado à aquisição do grau académico de Mestre, em *Ciências Militares* na especialidade de *Segurança* da GNR, emerge deste modo o presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada. Pelo momento em que surge, este representa o culminar de toda uma formação que decorreu ao longo de cinco anos e revela-se uma excelente oportunidade para aprofundar e consolidar os conhecimentos até aí adquiridos. A sua realização procura ainda desenvolver as competências de investigação no âmbito das *Ciências Sociais* e colocar em prática a metodologia inerente a um trabalho científico desta natureza. No humilde intuito de dar um contributo para o corpo de conhecimento existente acerca da GNR, optou-se por desenvolver uma temática que com esta estivesse ligada e para a qual se afigurasse de relevante interesse institucional e social. No domínio da Segurança, nasce, deste modo, o tema “A Guarda Nacional Republicana no apoio ao idoso no Concelho de São Brás de Alportel”.

### **0.2. Importância da investigação e justificação da sua escolha**

Portugal é um país onde o fenómeno do envelhecimento está bem vincado na sua estrutura etária e onde os idosos constituem uma substancial fração da população nacional. Esta realidade exige que, aos níveis social e institucional, se repensem os serviços que são prestados à população, nomeadamente, ao nível das políticas públicas de segurança. A alvo frágil e vulnerável a atividades criminosas, pelo que devem constituir uma preocupação, sendo importante garantir que lhes é proporcionada a necessária segurança.

A GNR, tal como se encontra previsto na sua lei orgânica, trata-se de uma “(...) força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas (...)”<sup>1</sup>, e que de entre outras, tem a missão de “(...) garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades, o respeito pelas garantias dos cidadãos; (...) a ordem e a tranquilidade públicas, a segurança e a proteção das pessoas e bens; prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança”<sup>2</sup>. Desta forma, a Guarda é uma instituição cuja atribuição principal se centra na prestação de um serviço público de Segurança.

Para prestar esse serviço com maior eficácia, a Guarda aposta frequentemente num *policimento de proximidade*, levado a cabo por vários *programas especiais*, como seja o programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”, estando este especialmente direcionado para os idosos.

Importa, assim, com esta investigação, analisar se o trabalho desenvolvido pela GNR no apoio à população idosa está a ser conduzido da forma mais adequada. Para concretizar este estudo, e tendo em consideração que as atribuições da Guarda são prosseguidas em todo o território nacional, decidiu-se fazer uma delimitação do objeto de estudo assente num critério geográfico-territorial, circunscrevendo-se, desta forma, apenas à Zona de Ação do DTer de Faro e, mais precisamente, ao Concelho de São Brás de Alportel.

### **0.3. Definição dos objetivos**

O presente relatório tem como objetivo determinar se a atividade que a GNR desenvolve no seu dia-a-dia no concelho de São Brás de Alportel, com o intento de apoiar a população idosa, é, designadamente, a mais adequada face às necessidades de segurança aí existentes. Para dar cumprimento ao objetivo proposto, procurar-se-á, primeiramente, analisar o trabalho da GNR, na área de objeto do presente relatório, levado a cabo pelo dispositivo Territorial. De entre as inúmeras missões que a Guarda tem desempenhado, diariamente, com o intuito de proporcionar segurança a todos os cidadãos, importa aqui

---

<sup>1</sup> Cfr. o disposto no art.º 1.º, n.º 1, da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

<sup>2</sup> Cfr. o disposto no art.º 3.º, n.º 1, alíneas *a*), *b*) e *c*), da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

identificar que atividades ou que ações são desenvolvidas para apoiar os idosos em geral, nomeadamente ao abrigo do programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”. Deste modo, tentar-se-á identificar se existem dificuldades inerentes à realização destas atividades ou ações e, em caso afirmativo, qual a origem das mesmas e que respostas podem ser dadas a fim de as solucionar. Por outro lado, a implementação com sucesso de um programa especial como este, para além da consciencialização e da sensibilização da população residente para o serviço prestado pela Guarda, está em muito dependente do grau de implementação organizacional do mesmo. Por conseguinte, revela-se importante perceber, nomeadamente, o grau de envolvimento da Instituição no projeto, a existência de descentralização hierárquica, a formação dos militares pertencentes ao programa, bem como se os militares estão ou não afetos a outro tipo de serviços.

Como a segurança não cabe apenas às forças públicas de autoridade, sendo também um *papel* de todos os cidadãos, torna-se relevante perceber se a Guarda estabelece parcerias e se coopera com outras entidades, a fim de promover um envolvimento global no que respeita a esta questão. Se a cooperação for residual ou inexistente, importa perceber os aspetos menos conseguidos e aqueles a melhorar, ou, no caso de ser bem-sucedida, será, com certeza, relevante conhecê-la e divulgá-la junto de todo o dispositivo, para que, noutras localidades do país — onde esta eventualmente não exista —, se possa optar pela sua implementação, o que constituiria uma mais-valia, não só para a Guarda, mas para toda a sociedade.

Por fim, devemos ainda acrescentar que a Guarda preconiza a manutenção do sentimento de segurança das pessoas idosas através de um conhecimento da sua realidade e “(...) num apoio personalizado, garantindo-lhes segurança e sensibilizando-as para a adopção de comportamentos que evitem ou reduzam eventuais práticas criminosas que sobre elas podem incidir” (Copeto, 2011 a, p. 6). Importa, ainda, assinalar que anualmente são divulgados os resultados globais da criminalidade ao nível do concelho, designadamente quanto à sua tipologia. Aparenta, contudo, não existir qualquer tratamento desses dados relativamente à faixa etária, o que nos pareceria essencial e, de todo, relevante para a compreensão dos problemas relacionados com os idosos, bem como para orientar o policiamento e desenvolver as campanhas de sensibilização, com vista à prevenção dos tipos de crimes que mais os afetam. Para que tal se consiga, é necessário elaborar um retrato da criminalidade no concelho, identificando os crimes de que mais frequentemente a população idosa é alvo.

#### 0.4. Questão de partida e questões derivadas

Em virtude dos objetivos já enunciados, formulámos como questão de partida: “Será que a atividade desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana, no concelho de São Brás de Alportel, com o intento de apoiar a população idosa, é designadamente a mais adequada, face às necessidades de segurança aí existentes?”

Para ajudar a responder a esta questão central subdividimos a mesma nas seguintes questões derivadas:

QD1 — Quais os problemas que afetam a segurança dos idosos no concelho e que respostas têm sido dadas para os solucionar?

QD2 — Existirá um clima favorável à correta implementação do programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”, a nível institucional?

QD3 — Como se caracteriza a criminalidade contra a população idosa?

#### 0.5. Hipóteses

Com base na revisão de literatura que apresentamos ao longo dos três próximos capítulos, formulámos um conjunto de hipóteses. Estas encontram-se abaixo apresentadas e tratam-se de “(...) proposições conjecturais que constituem respostas possíveis às questões de investigação”, e que serão verificadas ou negadas durante a parte empírica deste relatório (Sarmiento, 2008, p. 8):

H1 — Os idosos mais vulneráveis, caracterizam-se por residir em locais geograficamente isolados;

H2 — A GNR, através dos militares do NIS, desenvolve diariamente um policiamento de proximidade junto dos idosos;

H3 — A GNR coopera com diferentes entidades públicas ou privadas, que desenvolvem atividades direcionadas para a segurança dos idosos;

H4 — Os moldes em que o programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” está implementado na instituição policial favorecem o seu sucesso;

H5 — O perfil da vítima quanto ao género caracteriza-se por ser mulher;

H6 — O perfil da vítima quanto ao estado civil caracteriza-se por ser casado(a);

H7 — O crime mais frequente é a violência doméstica;

H8 — Os portugueses são, proporcionalmente, mais afetados pelo crime que a comunidade estrangeira residente;

H9 — Existem fatores que nos sugerem estarmos na presença do fenómeno de vitimação.

## 0.6. Metodologia

O método científico, característico da investigação em *Ciências Sociais*, baliza o presente relatório no qual as orientações dadas pela AM<sup>3</sup> ditam toda a sua conceção. Em complemento, e sempre que se mostre necessário, são tidas em consideração as indicações fornecidas por Sarmento (2008) no que diz respeito à elaboração de trabalhos desta natureza. A fim de alcançar os objetivos definidos para a investigação, principiou-se por efetuar um levantamento do *Estado da Arte*, recorrendo, para o efeito, à pesquisa e à análise documental em obras ligadas à temática.

Simultaneamente, estabeleceram-se contactos pessoais com profissionais que detêm conhecimento na área em estudo, na perspetiva de reunir informação pertinente que permitisse delinear uma forma de abordar o problema.

Num momento posterior, sustentados na componente teórica, realizámos um trabalho de campo, onde se procurou dar uma resposta às questões formuladas acerca de uma particular *realidade*. Este incidiu na análise de dados recolhidos dessa realidade, bem como na utilização do método inquisitivo, por intermédio de entrevistas semi-diretivas a elementos que a integram e que com ela interagem nas suas relações pessoais e profissionais. No apêndice A encontra-se uma esquematização do modelo metodológico utilizado na investigação.

Na redação de todo o documento, foram tidas em consideração as alterações resultantes do novo acordo ortográfico. Contudo importa ressaltar que as várias obras utilizadas, quando referenciadas através de citação direta, foram mantidas integralmente sem a respetiva adaptação.

---

<sup>3</sup> Cfr. com o disposto na NEP n.º 520/DE, de 30 de junho de 2011, da AM.

## **0.7. Enunciado da estrutura do trabalho**

Uma breve introdução, na qual é feita uma apresentação do tema, da sua pertinência, definido o objeto de estudo e os objetivos a alcançar, começa por dar forma a este trabalho.

Seguidamente, em função da metodologia adotada, desenvolvem-se vários capítulos, os quais podemos enquadrar em duas partes distintas mas que simultaneamente se complementam.

Uma primeira parte, com os capítulos 1, 2 e 3, materializa-se na revisão da literatura, onde através do contributo de vários Autores se procura aprofundar o conhecimento sobre o assunto em análise. O primeiro capítulo proporciona-nos uma perspetiva sócio demográfica das alterações que ocorreram ao longo do último século e que contribuíram para uma Europa envelhecida, o que, conseqüentemente, se espelha numa população idosa especialmente vulnerável ao crime. Num segundo capítulo, a evolução da segurança em Portugal, no período entre o pós 25 de abril e os dias de hoje, com o aparecimento de um novo paradigma, assume as principais linhas de desenvolvimento. Em remate a este capítulo, um terceiro concretiza as mudanças ao nível da segurança, numa nova filosofia de policiamento, e retrata a sua implementação na GNR, o que se reflete, em última instância, numa maior proximidade com a população idosa.

Uma segunda parte é de índole mais prática. No capítulo 4, expomos o método de abordagem ao problema, bem como as técnicas que nos permitiram a recolha de dados. De seguida, no capítulo 5, fazemos a apresentação, a análise e a discussão desses mesmos dados, procurando com isto responder às perguntas inicialmente formuladas.

Por fim, são mencionadas as principais ilações obtidas no decorrer desta investigação, bem como algumas recomendações para investigações futuras.

# Capítulo 1

## Ser idoso

### 1.1. Um triunfo para a saúde humana

No início deste milénio, as expectativas que uma criança pode ter quanto à sua longevidade não são mais as mesmas de alguém que nascera nos primórdios do século passado. Neste lapso de tempo, profundas alterações sociais contribuíram para uma melhoria significativa das condições de vida, a nível mundial. A partir de meados do século XIX, com o advento da revolução industrial, assistimos, nos países mais desenvolvidos, ao aparecimento das primeiras infraestruturas de saneamento, a par de uma melhoria das condições de higiene, melhor alimentação e acesso a água potável (Mckeown *apud* Szreter, 1986) e (Vigarello, 2004). Estes fatores revelar-se-iam fundamentais, contribuindo para uma redução e prevenção de infeções responsáveis por inúmeras mortes, o que permitiu que, entre 1850 e 1900, a esperança de vida<sup>4</sup> nos países desenvolvidos aumentasse em mais de 60% (WHO, 2011). No período compreendido entre os anos 40 e 60 do século passado, a medicina assumira também um papel determinante, com o aparecimento e a utilização de diversos antibióticos (Cutler e Meara, 2004). Por outro lado, os seus progressos atenuaram aquela que é, atualmente, a principal causa de morte nos idosos, as doenças cardiovasculares, que após atingirem o seu pico em meados dos anos 60, começaram então a decrescer (Filho e Bagnara, 2011) e (Niederlaender, 2006). Tais factos contribuíram para que, nos últimos 100 anos, se dessem os maiores aumentos na esperança de vida já registados na história da humanidade: “A esperança de vida média da população mundial, que estava em torno de 30 anos em 1900, ultrapassou os 60 anos no ano 2000. Isso quer dizer que o tempo médio de vida dos habitantes do planeta dobrou em um período de um século, fato que não tem equivalente no passado e, provavelmente, não terá equivalente no futuro” (Alves J., 2008, p. 3).

---

<sup>4</sup>Esta é considerada o número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento (INE, 2012 b).

Atualmente, segundo dados da CIA (2012), em 75% dos países do mundo a esperança de vida à nascença é já superior a 65 anos. Portugal ocupa agora o 49.º lugar com 78,70 anos, quando em 1920 a esperança de vida era de apenas 36 anos (Costa P., 2002).

Esta melhoria da saúde e das condições de vida fez com que, no início do século passado, o número de nascimentos rapidamente excedesse o número de mortes, o que acelerou o crescimento populacional por todo o planeta (Santos, 2010) e (Adam, 2008), permitindo que, ao longo do último século, a população duplicasse nos países mais desenvolvidos (Ashford, Haub, Kent, e Yinger, 2004).

## **1.2. Envelhecimento pronunciado**

Contudo, este ritmo de desenvolvimento seria breve. O mesmo progresso que, outrora, trouxera consigo a redução da mortalidade, era agora responsável por diversas alterações nas ordens moral e social. Assim, com diferentes desenvolvimentos consoante as regiões do planeta, uma acentuada redução da natalidade chegava, no início dos anos 60, às portas de uma Europa pós-industrial e, iminentemente, urbana. Uma sociedade exigente e ávida por mobilidade, onde os filhos eram, cada vez mais, sinónimo de enorme “(...) investimento sentimental e financeiro (...)”<sup>5</sup>, levou muitos casais a ponderar seriamente a possibilidade de os ter (Kaa, 2002, p. 4). A emancipação da mulher no mercado de trabalho, o lançamento de programas de planeamento familiar, o enfraquecimento da unidade conjugal, o aumento de divórcios e os custos associados a padrões educacionais mais elevados foram apenas alguns de entre muitos fatores determinantes nessa decisão (Walle, 1986), (Goldin, 1991) e (Torres, 1996).

O século XX representa um ponto de viragem na Demografia. Se antes tínhamos elevadas taxas de natalidade que eram compensadas por elevadas taxas de mortalidade, estabelecera-se, agora, um equilíbrio em que ambas as taxas são baixas, fenómeno que ficou conhecido como “transição demográfica” (Kirk, 1996) e (Adam, 2008). A diminuição da mortalidade e o conseqüente aumento da esperança de vida tornaram “(...) possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas” (Carrilho e Patrício,

---

<sup>5</sup> A tradução é da responsabilidade do Autor.

2010, p. 51), o que, associado a uma baixa natalidade, determinou o envelhecimento da população (Barreto, 2003). Porém, é de frisar que a forma como este envelhecimento está a decorrer varia muito consoante as diversas zonas do planeta, aliás, uma realidade à qual os países desenvolvidos parecem estar bem mais vulneráveis. Não é por acaso que a Europa é considerada o continente mais envelhecido, pois, à exceção do Japão e da Geórgia, encontram-se aqui os 25 países mais envelhecidos do mundo (Kinsella e He, 2009). No início de 2010, na Europa dos 27, havia já 17,4% de idosos. Porém, lançando um olhar sobre Portugal, rapidamente nos apercebemos que se a situação europeia não é das melhores, aqui consegue ser ainda pior, com um envelhecimento bem vincado. É impressionante como um país que, em 1935, tinha uma das populações mais jovens da Europa, tenha sido, em 2008, considerado o 11.º país mais envelhecido do mundo (Kinsella e He, 2009) e (Arêde, 2010). Apresenta, hoje, um total de 19% de idosos, ultrapassando já largamente o número de jovens (15%) (INE, 2011). De entre as várias regiões, o Algarve, Lisboa, e o Alentejo constituem aquelas onde existe maior percentagem de idosos a viver sós. O Alentejo é com 24,3% de idosos, considerada a 10.ª região mais envelhecida da Europa (Borg et al., 2011) e (EURES, 2012).

Não existem certezas quanto ao que o futuro nos reserva, porém, é de esperar que esta tendência não se inverta, mas que se acentue rapidamente entre 2015 e 2035. Por volta do ano 2040, em cada 4 pessoas, haverá, na Europa, uma com 65 ou mais anos de idade (Kinsella e He, 2009) e (Borg et al., 2011).

### 1.3. Não é fácil ser *velho*

*“Nas últimas décadas, a marginalidade e a solidão dos idosos não pararam de crescer. (...) São cada vez mais os idosos que deixam a casa da família, vivem sozinhos, residem em lares, arrastam-se por hospitais e casas de saúde, enfim, morrem sozinhos. Felizes os que não duram o suficiente para perceberem que são um fardo. Felizes os que não são objeto de encarniçamento médico, Felizes os que morrem depressa.”*

(Barreto, 2003, p. 180)

O envelhecimento demográfico que ocorreu nas últimas décadas levou ao aparecimento, em Portugal, de uma preocupação acentuada com os *velhos*. Os idosos inativos, muitos sem capacidade para trabalhar ou recusados para muitos empregos devido à sua idade, encontram o seu sustento dependente das fracas pensões ou da caridade, vivendo em locais que, de casa, como nós a concebemos nos nossos dias, pouco têm

(Machado *apud* Simão, 2009). Tais circunstâncias levam a que, quando, aqueles são vítimas de crimes, e ainda que o valor económico lesado seja diminuto, sintam elevadas repercussões nas suas vidas, que ameaçam mesmo a sua subsistência.

Com o avançar da idade, chegam também os problemas de saúde. Uma estreita correlação entre o envelhecimento e a procura de cuidados médicos e de enfermagem, que afeta cerca de 9% de idosos entre os 65 e 75 anos e 44% com mais de 85 anos é fato assente (Costa J., 2007). Debilitados física e mentalmente, tornam-se um alvo fácil de atividades criminosas. Por outro lado, um acontecimento traumático resultante de uma agressão, facilmente, conduz à sua morte, devido à combinação com outras doenças preexistentes (Costa J., 2007). Outras são as vezes que a sua capacidade de memória, diminuída em função da idade é alegada em tribunal, com o intuito de subvalorizar o seu testemunho (Costa J., 2007). Nos próximos anos, em Portugal, ao nível da saúde e da prestação de cuidados, sentiremos as sequelas de se ter uma população idosa. À semelhança de um conjunto de países mais pobres do sul da Europa, onde o Estado tende a gastar menos dinheiro com os sistemas de proteção social, estes cuidados tendem a ser desempenhados por familiares. Todavia, as mudanças sociodemográficas que ocorreram ao longo das últimas décadas, em que a família tende a ser reduzida à unidade conjugal, tornam esta tarefa deveras difícil (Scharf, Meer, Thissen e Melchiorre, 2009).

O acesso à informação revela-se uma espada de dois gumes. A televisão é a única companhia daqueles que não tem familiares ou amigos. Porém, quando à noite se isolam em suas casas e assistem ao noticiário, são bombardeados com crimes e violência que contribuem para agravar o seu sentimento de insegurança (Simão, 2009). Por outro lado, encontramos muitos idosos que, por condicionalismos próprios do tempo em que foram jovens, revelam um grau de escolaridade baixo ou mesmo nulo, não sabendo ler nem escrever (Costa J., 2007). Assim, têm dificuldades em compreender mecanismos sociais e são facilmente burlados. O receio de confiar noutras pessoas aumenta, levando-os a isolar-se em suas casas; mas, ao invés de se protegerem, tornam-se ainda mais vulneráveis. O facto de um idoso viver isolado pode dificultar a deteção de um caso preocupante por parte da polícia e, em casos extremos, pode mesmo ser o rastilho para o suicídio. Em Portugal, neste momento, 60% dos idosos vivem sós ou exclusivamente na companhia de pessoas idosas, constituindo Lisboa, Alentejo e Algarve as maiores percentagens (INE, 2012 a).

Um problema grave, que os idosos enfrentam, é a discriminação por parte da própria sociedade. Vistos pelos filhos como um encargo social, um fardo a carregar, apenas se espera que “(...) os velhos os não incomodem, os não impeçam de trabalhar, divertir-se,

passar férias, viajar e sair à noite” (Barreto, 2003). Segundo Giddens (2009, p. 168), nas sociedades industrializadas cria-se uma série de estereótipos em torno das pessoas idosas, julgando-se que a maior parte destas “(...) está em hospitais ou lares, são senis, ou até que os trabalhadores mais velhos são menos competentes do que os mais novos”. Por sua vez, esta segregação social leva a um maior isolamento e exposição a “(...) situações de crime, violência e insegurança” (Títono, 2012, p. 1).

Com a reforma, após uma vida de trabalho, os idosos procuram acabar os dias junto daqueles que mais gostam e morrer com alguma dignidade. A dignidade do ser humano está consagrada, no art.º 1.º da DUDH (ONU, 1948), bem como no art.º 1.º da nossa *Lei Fundamental*, segundo o qual “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana (...)” (Canotilho e Moreira, 2007, p. 195). No art.º 72.º da CRP refere-se, ainda, que “as pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social” (Canotilho e Moreira, 2007, p. 883). Todos têm direito à dignidade, independentemente das capacidades e dos conhecimentos. No entanto, torna-se difícil conceber o desenvolvimento de uma sociedade onde o envelhecimento possa ser vivido com dignidade, face às inúmeras formas de exclusão social a que os idosos são sujeitos (Costa J., 2007) e onde “a discriminação é um facto, seja pelo que se pensa dos idosos, seja pelo esquecimento em que caiem ou até pela violência de que são vítimas, daí resultando violações expressas de direitos consagrados constitucionalmente” (Simão, 2009, p. 6).

Em virtude de sensibilizar os cidadãos para quão grande é o desafio que representa o envelhecimento da população e para os problemas que atravessam as pessoas idosas, foi criado, em 1999, o “Ano Internacional das Pessoas Idosas” e 2012 foi determinado como o “Ano Europeu do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações”. Apercebemo-nos, deste modo, que o aumento de pessoas idosas não se resume a meros dados estatísticos e demográficos, houve, também, um aumento de um grupo de pessoas que, pelas suas características, se encontram mais facilmente vulneráveis e expostas a atividades criminosas, pelo que merecem um olhar cada vez mais atento da população que os rodeia.

#### 1.4. Os idosos e o crime

Para compreender a segurança dos idosos, é importante que percebamos como algumas vertentes do crime afetam esta faixa etária. Temos que, antes de mais, ter consciência de que a criminalidade que é participada contra idosos é apenas a *ponta do iceberg*. Tal como defende Oliveira (2010), a criminalidade contra os idosos sempre foi um desafio complexo, revelando-se o silêncio das vítimas num obstáculo que dificulta o contacto com as mesmas. Muitas vezes, os crimes dão-se no seio da família, onde o idoso se encontra dependente dos agressores, quer ao nível de cuidados, quer ao nível financeiro ou, ainda, emocional. Sente vergonha por ser vítima do próprio filho e chega a pensar que a culpa é sua, visto que falhou no seu papel de educação (Costa J., 2007). Teme, assim, que os vizinhos venham a saber e que a reputação da família seja afetada. Outras vezes, a má relação com os vizinhos, que são o único garante de sociabilidade, dificulta o conhecimento de problemas graves (Simão, 2009). Em casos extremos, o idoso chega mesmo a considerar a violência como natural, pois conheceu-a ao longo de toda a vida, e prefere ter alguém, mesmo que abusador, do que estar sozinho.

Os que decidem apresentar queixa não estão informados sobre os seus direitos enquanto vítimas de crime, nem dos recursos disponíveis para construir um novo projeto de vida e veem-se desencorajados por julgarem que fazer uma denúncia implica despesas, quando esta é, na verdade, completamente gratuita (Oliveira M., 2010) e (Silva J., 2010). Segundo Joaquim Silva (2010), Magistrado do MP, a lei não protege suficientemente as pessoas idosas, devendo haver um estatuto dos idosos à semelhança do que acontece com o estatuto da vítima<sup>6</sup> em casos de violência doméstica, que lhe dá direitos judiciais, direitos assistenciais e prioridades, como no atendimento hospitalar.

Observando dados em concreto, constatamos que, segundo a APAV (2010), entre 2000 e 2009, houve um aumento de 290 para 639 crimes contra idosos. À semelhança de estudos internacionais, também aqui se nota uma predominância da violência doméstica, em que 76,7% dos casos ocorreram em contexto familiar (Oliveira M., 2010). Analisando o perfil da vítima, constatamos que em 82,5% dos crimes perpetrados a vítima era mulher, e em 40,2% era casado(a) (APAV, 2011a) e (APAV, 2011b).

---

<sup>6</sup> Vide o previsto na Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro.

Quanto aos tipos de crimes cometidos contra a população idosa, os valores mais elevados registam-se nos crimes contra as pessoas, seguidos dos crimes contra o património; com valores mais reduzidos, temos os crimes contra a vida em sociedade e os crimes rodoviários (APAV, 2010). Também neste campo a situação portuguesa consegue, uma vez mais, ser pior que a generalidade dos países da Europa. Segundo a Organização Mundial de Saúde, de entre uma lista com 53 países europeus, Portugal encontra-se na lista negra, entre os 5 países com piores tratamentos a idosos, onde 39% dos idosos são vítimas de violência doméstica (Sethi et al., 2011).

## Capítulo 2

### A segurança como um desígnio do Estado

#### 2.1. Conceito de segurança interna

*“É clássico considerar que a existência do Estado se justifica para atingir três grandes fins últimos: bem-estar, justiça e segurança”*

(Alves A., 2008, p. 49).

O Estado é uma entidade soberana que não encontra “ (...) igual ou semelhante na ordem interna nem superior na ordem supranacional ou internacional” (Bodin *apud* Fontes, 2010, p. 22). Enquanto estrutura máxima no interior de um território, é também sua a incumbência de garantir a segurança, ou seja, permitir a convivência pacífica entre os cidadãos e evitar perturbações à ordem e à tranquilidade públicas, estabelecendo, para o efeito, um conjunto de regras, bem como mecanismos de correção para quem o infringe (Dias M., 1998) e (Dias M., 2001).

O conceito de segurança interna “(...) é relativamente recente, quer na legislação, quer na jurisprudência quer na doutrina” (Dias M., 1998, p. 207). Este apenas terá surgido pela primeira vez na nossa Constituição após a revisão constitucional de 1982<sup>7</sup> e surge na LSI como “(...) a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”<sup>8</sup>.

Para levar a cabo esta atividade, o Estado socorre-se da polícia<sup>9</sup>. A Polícia é “(...) um modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram

---

<sup>7</sup> Cfr. o disposto na Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro.

<sup>8</sup> Vide o previsto no art.º 1.º, n.º 1, da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

<sup>9</sup> Vide o previsto no art.º 272.º, n.º 1, da CRP.

prevenir” (Caetano, 2008, p. 1150). Em Portugal, entre as polícias, forças e serviços de segurança com responsabilidades pela segurança interna<sup>10</sup>, encontramos a GNR, que tal como consta da sua própria Lei Orgânica<sup>11</sup>, tem por missão “(...) no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei”.

## 2.2. Políticas públicas de segurança

“*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades (...)*”  
(Camões, 2002, p. 48)

Ao longo das últimas décadas, uma acelerada evolução da realidade social e criminal portuguesa fez repensar as questões da segurança. Em Portugal, até 1974, vivíamos num regime autoritário, em que a *segurança interna* era garantida por uma polícia política (Simão, 2009). Com a chegada da democracia, deparámo-nos com uma maior abertura e desenvolvimento económico. Porém, também “(...) problemas de urbanismo, ligados ao excesso de população em áreas restritas, à toxicodependência, ao desemprego e à pequena e média criminalidade”, a partir dos anos 80, começaram a assolar o país (Simão, 2009, p. 11). Contudo, à data, a segurança não era ainda planeada e a ação da polícia era baseada numa lógica que se limitava a reagir aos incidentes que iam tendo lugar. Atuava-se para resolver aqueles que provocavam grande alarmismo público, descorando a pequena e a média criminalidade (Simão, 2009). Percebe-se, então, que o tradicional modelo de policiamento meramente repressivo, em que apenas importava o número de autos, não era mais suficiente para dar resposta aos novos padrões de criminalidade. Por outro lado, aliado ao ritmo alucinante de desenvolvimento tecnológico e a um maior acesso à informação, o cidadão estava mais esclarecido sobre os seus direitos e tornava-se a cada dia mais exigente para com as Forças de Segurança, vistas como último garante dos seus direitos, liberdades e garantias (Copeto, 2011 a, p. 48).

Exigia-se a adoção de um modelo inovador. Em função dos novos desafios que afetavam a segurança das sociedades modernas, também as Forças de Segurança tinham,

---

<sup>10</sup> Cfr. o disposto no art.º 25.º, n.º 2, alínea *a*), da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto.

<sup>11</sup> Cfr. o disposto no art.º 1.º, n.º 2, da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

sob pena de serem rejeitadas, de evoluir para acompanhar a sociedade e desenvolver novas respostas à sua altura (Alves A., 2008, p. 93). O Estado reage no sentido de dar resposta à “(...) manifestação social dos problemas (de insegurança): as estatísticas, as taxas de vitimação, as pressões populares, o sentimento de insegurança e o próprio crime” (Simão, 2009, p. 8). Surge, assim, uma “política pública de segurança”.

### **2.3. Governance da segurança**

No início deste século, em função das referidas mudanças, estava a dar-se corpo a um novo paradigma da segurança em Portugal — a *governance* da segurança. Este conceito está associado a uma “co-produção de segurança”, que não deve ser uma responsabilidade exclusiva da polícia, mas de todos os cidadãos, que, como tal, devem ser envolvidos neste processo (Silva N., 2010, p. 10) e (Moleirinho, 2009). Não significa, porém, que o Estado abdique da sua função primordial de segurança, pois este continua a ter o papel central (Teixeira, 2006). No entanto, a fim de promover esse envolvimento global, desenvolve-se uma “rede de actores” (Simão, 2009, p. 9) que, para além do Estado, entram em palco e que, desde o início, trabalham em conjunto na hora de “pensar, estruturar, desenvolver” medidas de segurança (MAI, 1999 a, p. 16). Esta rede, materializada com “(...) parceiros institucionais públicos e privados, individuais e coletivos”, permite, de forma integrada, identificar e criar soluções para os problemas existentes; favorecendo, ainda, a partilha de informações e de recursos, bem como a coesão social (Oliveira J., 2006, p. 16). A complexidade criminal exige que tenhamos conhecimento de outras instituições ou organizações que estejam envolvidas na nossa comunidade alvo, pois “ninguém melhor que as próprias comunidades para identificarem os seus próprios problemas e contribuírem para soluções eficazes e duradouras no sentido de devolver a tranquilidade e aumentar a qualidade de vida” (Leitão, 1999, p. 9). Deste modo, para suprimir os focos de instabilidade e garantir a segurança de uma comunidade, é importante que façamos uma aproximação à mesma, a fim de poder auscultar as suas necessidades (Oliveira J., 2006). A insegurança trata-se, assim, de um problema que se “(...) combate em duas frentes simultâneas e complementares (...)” para além da tradicional repressão das consequências é necessário prevenir as suas causas” (Teixeira N. , 2002, p. 10).

Ainda que, em Portugal, não exista uma conceptualização sistemática no domínio da *governance* da segurança, têm sido dados alguns passos importantes, como aos níveis da “descentralização e territorialização da segurança”, da “cooperação internacional”, da “privatização da segurança” e da própria “participação dos cidadãos” (Teixeira, 2006, p. 26).

## **Capítulo 3**

### **O policiamento de proximidade**

#### **3.1. O seu aparecimento em Portugal**

O aparecimento de uma nova política pública de segurança está intrinsecamente ligado a um conceito que, nas últimas décadas, ganhou relevo em “todos os discursos políticos e académicos e de partes significativas dos formuladores de opinião, tanto em Portugal como na generalidade do mundo ocidental”, ao policiamento de proximidade ou comunitário (Leitão, 1999, p. 9). Não se revela tarefa fácil datar o seu aparecimento. Embora seja recente em Portugal, encontramos noutros países como França, EUA, Reino Unido muitos dos princípios precursores do significado que hoje lhe atribuímos. A referência ao conceito está normalmente ligada a um contexto social, organizacional e cultural específico. Se nos países anglo-saxónicos se faz uso da expressão “polícia comunitária”, já nos países da Europa continental opta-se por utilizar “polícia de proximidade” (Oliveira J., 2006) e (Dias A., 2008). Alves (2008) arrisca-se mesmo a atribuir-lhes conotações sinónimas, pois, embora se desenvolvam em diferentes realidades, ambos resultam de uma tentativa de aproximação entre a polícia e o cidadão.

Em Portugal, no contexto já referido de enormes alterações de fim de século, esta nova filosofia de atuação policial desenvolvera-se a partir dos anos 90. Em 1995, o termo “proximidade” surge nos discursos políticos e na terminologia policial, quando o Ministro da Administração Interna, apresenta as cinco grandes ideias chave para um programa de modernização “profissionalismo, civismo, transparência, proximidade e orientação para os problemas concretos dos cidadãos” (Moleirinho, 2009, p. 33). Assim, orientados para estes problemas, surgiram alguns programas e, em 1998, foi criado o “Programa Integrado de Policiamento de Proximidade”, que tinha como objetivo reforçar os programas especiais já existentes, bem como impulsionar outros<sup>12</sup>. Esta modernização seria considerada por

---

<sup>12</sup> Cfr. o disposto na Lei n.º 3-A/2000, de 4 de abril.

Severiano Teixeira como “(...) o corolário indispensável à implementação de um verdadeiro serviço público” (Teixeira, 2002, s.p.).

### **3.2. O conceito de policiamento de proximidade**

O policiamento de proximidade em Portugal, à imagem do que acontece noutros países, tem como principal meta reduzir a criminalidade e aumentar o sentimento de segurança do cidadão (Dias A., 2008). Tendo em consideração que a criminalidade é um fenómeno demasiado complexo para que as Forças de Segurança consigam por si só desenvolver uma resposta adequada, procura-se desenvolver parcerias com outras instituições e levar o cidadão a colaborar na sua própria segurança (Copeto, 2011 a). Através de uma intensificação do patrulhamento e da presença policial, procura-se criar uma maior empatia e confiança com o cidadão. Esta proximidade permite à polícia recolher informação privilegiada acerca dos problemas concretos junto de quem por eles é afetado e que, por isso, melhor os conhece. Contudo, mais do que responder aos problemas anseia-se por preveni-los, identificando os seus principais focos potenciadores, combatendo-os na sua origem e evitando que formas de criminalidade mais violenta e organizada emerjam no seio da sociedade (Dias A., 2008). Concomitantemente, a visibilidade inerente a este policiamento contribui mais do que as taxas de criminalidade para a melhoria do sentimento de segurança. O mais importante para as pessoas é saber que existe uma polícia por perto, a quem podem recorrer em caso de necessidade (Dias A., 2008).

Para levar um projeto como este avante, é essencial o apoio da população, pelo que é importante a sua “consciencialização e sensibilização” para as medidas relativas ao policiamento de proximidade, levando-a a perceber que este é um processo que pretende preservar um bem que a todos diz respeito e com o qual só têm a ganhar (Dias A., 2008, p. 4). Contudo, mais importante ainda é o grau de envolvimento da própria estrutura policial. Este deve atingir todo o efetivo e não apenas os elementos ligados ao programa. Uma dificuldade à implementação deste projeto resulta do clima gerado pelos polícias e pelos militares com funções policiais que não fazem parte do mesmo e que, por não o conhecerem, veem de forma depreciativa aqueles que a ele estão ligados. Por um lado, consideram que esta não é a verdadeira essência do serviço policial, normalmente ligada à

ideia tradicional de combate ao crime, mas um serviço inferior que mais se assemelha a um assistente social (Simão, 2009). Ideia aliás errada, pois, segundo Durão (2008, p. 148), estes militares tem uma amplitude de tarefas tão vasta quanto a patrulha, a única diferença substancial é que o seu serviço ainda não é ativado pelo serviço de chamadas. Por outro lado, consideram-nos beneficiados, com um melhor horário, sem turnos à noite e sem o desgaste associado à patrulha (Durão, 2008). A fim de evitar esta *clivagem* prejudicial, não só para os militares, mas para a sociedade a quem é prestado o serviço de segurança, exige-se que seja dada formação a todos os militares, mostrando-lhes o quão importante é esta atividade e que não significa de forma alguma “(...) perder competências adquiridas na formação policial (...)” (Dias A., 2008, p. 5).

Este policiamento exige uma descentralização, relativamente à instituição, devendo o militar possuir “(...) autonomia e capacidade de definir as prioridades locais e os horários de trabalho mais bem adaptados às situações e às necessidades do público (...)” (Oliveira J., 2006, p. 121). Estudos mostram que, para além do empenho dos militares no serviço, a sua satisfação com as funções e o apoio por parte dos superiores hierárquicos são essenciais para o êxito de um projeto como este (Dias A., 2008). Os militares a desempenhar este serviço deverão possuir formação<sup>13</sup>, visto que têm, por vezes, que lidar com grupos de população com características muito próprias. Contudo, independentemente desta, deverão ser voluntários e ter um conjunto de competências, como a capacidade de mediação para impulsionar a criação de laços com os vizinhos e outros elementos da comunidade e deter “(...) bons conhecimentos técnico-policiais, com um bom sentido de responsabilidade, bom relacionamento interpessoal, boa apresentação, aprumo e atavio, boa expressão oral e possuidores de capacidade de iniciativa para desenvolver ações e propor determinadas medidas” (Simão, 2009, p. 46). Não devem ser, sob pena de fracasso, indivíduos que já se encontrem no final de carreira, que já não tenham grande motivação e imaginação para desempenhar este tipo de serviço, nem devem desempenhar outro tipo de tarefas ou integrar outras escalas (Costa P., 2002).

Quando falamos de policiamento de proximidade, devemos estar conscientes que este não resolve todos os problemas. Tal seria uma utopia. Este modelo de policiamento

---

<sup>13</sup> Segundo a NEP 3.58 GNR/CO/DO, de 6 abril de 2011, na GNR os militares adstritos aos programas especiais devem frequentar a formação "Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social" do CDF. Em Albufeira, nos dias 3 e 4 de maio de 2012, os militares da SPE do DTer de Albufeira receberam formação da APAV intitulada de “Apoio a pessoas idosas vítimas de crime e de violência”, cujo programa pode ser consultado no anexo D.

está dependente das características intrínsecas de cada local e da unidade policial aí existente, pelo que não pode, de forma alguma, obedecer a um padrão rígido (Costa P., 2002, p. 40). Simultaneamente, este é indissociável do tradicional modelo meramente reativo: não pretende substituí-lo, mas sim complementá-lo (Copeto, 2011 a).

### **3.3. O sucesso de uma estratégia de proximidade**

Uma importante questão que se coloca é “como avaliar se este policiamento é eficaz?”. Do ponto de vista prático, esta revela-se uma árdua tarefa. Como vimos anteriormente, entre os seus objetivos encontra-se a redução da criminalidade e o aumento do sentimento de segurança. De entre estas duas variáveis, num primeiro olhar, parece-nos que calcular as taxas de criminalidade é tarefa fácil, visto que se tratam de dados concretos. Contudo, não devemos iludir-nos, temos também de ter em consideração as chamadas *cifras negras* associadas à vitimação. As estatísticas criminais estão longe de ser perfeitas quando nos pretendem dar uma avaliação da realidade, por não considerarem o número de pessoas que foram vítimas de crime, mas que, contudo, por vários motivos, não o apresentaram às autoridades (Almeida e Alão, 2008). Razões que, como já vimos, no que concerne aos idosos, podem ser muitas. Quanto à taxa de criminalidade, temos de ter, ainda, em consideração que o policiamento de proximidade visa o estabelecimento de acordos e de parcerias para reduzir a criminalidade, sendo difícil aferir em que medida cada um dos parceiros contribui para esta redução. Ainda que assistamos à redução da criminalidade, é difícil inferir se esta é resultado do programa implantado ou se de outras variáveis externas que não estão a ser, de momento, consideradas (Dias A., 2008).

Porém, quando nos debruçamos sobre o sentimento de segurança, verificamos que esta avaliação se agrava ainda mais. Este é fortemente influenciado pelo isolamento, pelo contacto com o crime, por incivildades<sup>14</sup> e pela visibilidade da polícia (Simão, 2009). Mas é, acima de tudo, o resultado da leitura que cada indivíduo faz do meio onde se encontra inserido, pelo que é uma avaliação pessoal e subjetiva de difícil mensurabilidade (Alves A., 2008) e (Simão, 2009). Ocorrem mesmo situações em que a criminalidade diminui e,

---

<sup>14</sup> Estas são consideradas condutas não tipificadas como crime, mas que no entanto são vistas como comportamentos antissociais que põem em causa a ordem pública e a paz social (Machado, 2007).

no entanto, as pessoas sentem-se inseguras, pois a sua perceção é de que esta aumentou (Dias A., 2008).

### **3.4. O policiamento de proximidade na GNR: programas especiais**

Da necessidade de prestar um serviço de maior qualidade à sociedade, e integrados no modelo de policiamento de proximidade já referido, foi desenvolvido um conjunto de projetos, intitulado como *programas especiais*. Cada um destes projetos surgiu da necessidade de fazer face aos problemas em concreto de diferentes grupos da comunidade considerados vulneráveis ou de risco (Simão, 2009). O primeiro programa a ser criado foi o programa Escola Segura, em 1996, através de portaria conjunta do ME e do MAI e que daria origem ao NES (Copeto, 2011 b). Em 2007, surge a nova Lei Orgânica da GNR<sup>15</sup> e, com esta, em 2009, é criada a Repartição de Programas Especiais, na Divisão de Emprego Operacional, da DO, do CO<sup>16</sup>. Por outro lado, na dependência direta dos Cmdt de DTer<sup>17</sup>, foi criado o NPE, uma estrutura que substituiria o NES, assumindo a mesma missão e competências. Em 2010, estes passariam a designar-se por SPE, mantendo-se na dependência direta do Cmdt de Destacamento, mas passando a integrar, para além do NES, o NIS e o NCS, podendo vir a ser criados outros consoante as necessidades da respetiva Zona de Ação<sup>18</sup>. A complementar esta ação, existe o projeto IAVE, que presta apoio às vítimas de crimes (Copeto, 2011 a). Para além dos já referidos programas, foram criados ainda outros de iniciativa governamental como o “Táxi Seguro”, a “Farmácia Segura”, o “Abastecimento Seguro”, bem como outros da iniciativa da própria GNR, como o “TSP”, o “Projeto Residência Segura” e a “Operação Azeitona Segura” (Copeto, 2011 b). Neste momento, encontravam-se afetos em “exclusividade aos programas especiais 258 militares, constituídos em 81 SPE” (Copeto, 2011 a). Atendendo à importância deste policiamento a Guarda elencou-o entre os seus objetivos estratégicos: “(...) reforçar o policiamento de proximidade, orientado para a protecção dos cidadãos em geral e, em particular, das pessoas especialmente vulneráveis, como as crianças, os jovens, os idosos e as vítimas de maus-tratos” (Alves C., 2012). Este conjunto de programas especiais constitui ainda uma

---

<sup>15</sup> Cfr. o disposto na Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro.

<sup>16</sup> Cfr. o disposto na Diretiva 06/2.º CG/2008, de 19 de dezembro.

<sup>17</sup> Cfr. o disposto na Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro.

<sup>18</sup> Cfr. o disposto no Despacho n.º 53/09-OG, de 15 de março.

oportunidade inestimável para promover a imagem da Guarda. A promoção da imagem, numa sociedade cada vez mais exigente, é, hoje em dia, fundamental para assegurar a *continuidade* de uma instituição. Uma imagem favorável pode fomentar a recetividade dos cidadãos para compreender e aceitar as ações desenvolvidas pela Guarda, para que, conseqüentemente, estes “(...) acreditem que os esforços desenvolvidos pela GNR visam a sua segurança e liberdade” (Peixoto, 2010, p. 20).

### 3.5. Programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”

*“O trabalho que a Guarda está a desenvolver junto das pessoas idosas, vivendo isoladas, é outro exemplo de promoção de medidas activas contra o abandono e discriminação, de que este grupo populacional é alvo. Em muitos casos, a presença e a companhia dos nossos militares constitui o mais significativo e constante sinal de afectividade social que lhes é dado viver.”*

(Nunes, 2005, p. 66)

Aprofundemos agora, em particular, o programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”, temática que se assume central ao longo da realização deste trabalho. Este programa, como o próprio nome indica, é direccionado para um grupo específico da população, afetada pelo envelhecimento — os idosos. No ano de 1996, assistiu-se a uma preocupação acrescida com os idosos que viviam isolados, com vulnerabilidades ou limitações que colocavam em risco a sua segurança (Simão, 2009). Assim, com o objetivo principal de reforçar as suas condições de segurança e de lhe prestar uma maior proteção social, o MAI decidiu implementar este projeto<sup>19</sup> (MAI, 1999 b) e (Costa P., 2002). Com vista ao seu melhor desenvolvimento e consecução, em maio de 1999, elaborou um manual<sup>20</sup>, que nos anos seguintes foi alvo de “(...) boas referências por parte do público e da comunicação social.” (Simão, 2009, p. 15).

No que respeita à GNR<sup>21</sup>, “atendendo à importância social e ao progressivo aumento da população idosa, que (...) vive muitas vezes em locais isolados e considerada alvo fácil de actividades criminosas” este é um programa que é mantido em permanência (Copeto, 2011 a, p. 51). Visa reforçar a segurança e desenvolver a confiança com os

---

<sup>19</sup> Criado por Despacho Ministerial n.º 54/96, de 21 de outubro.

<sup>20</sup> Vide o excerto do manual disponível no anexo A.

<sup>21</sup> Vide no anexo B aqueles que a GNR considera como os principais objetivos do programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”.

idosos, prestando-lhes um “apoio personalizado” (*idem*). Para atingir esse objetivo, existe a necessidade de se obter um conhecimento aprofundado da realidade da população idosa. Assim, os NIS, com o auxílio dos militares dos postos territoriais, fazem um registo daqueles idosos que vivem em locais isolados ou sem companhia. Por outro lado, através de contactos pessoais, distribuição de folhetos ou ainda de ações de sensibilização, alertam-nos para os crimes de que são habitualmente vítimas e sobre que medidas podem tomar para reduzirem esse risco.

No âmbito deste programa, a GNR executa todos os anos, no período compreendido entre 15 de outubro e 15 de novembro, uma operação de âmbito nacional, designada por “Operação Idosos em Segurança”, orientada para a prevenção de burlas e conto do vigário (Copeto, 2011 a, p. 51). Nos últimos 2 anos, a Guarda desenvolveu ainda a “Operação Censos Sénior”, destinada a identificar os idosos que vivem sozinhos e/ou isolados. Em 2011, a operação identificou 15.596 idosos nessa situação, ao longo da qual foi ainda recolhida informação relativa ao estado de saúde e autonomia, e reportadas as situações mais graves para as instituições competentes. Em 2012, a operação<sup>22</sup> registou 23.001 idosos, dos quais 18.082 (78,6%) residiam sozinhos, 2.483 (10,8%) residiam em locais isolados e 2.436 (10,6%) encontravam-se, simultaneamente, a residir sozinhos e em locais isolados<sup>23</sup>. O desenrolar desta operação suscitou grande interesse governamental, pelas instituições que contactam de perto com esta problemática, pelos OCS locais e nacionais, bem como pela sociedade civil, sendo considerada uma “boa prática” a desenvolver futuramente (GNR, 2012 a).

---

<sup>22</sup> Cfr. o Anexo C — Operação Censos Sénior 2012.

<sup>23</sup> *Vide* o disposto na Diretiva Operacional n.º 01/12, de 2 de janeiro.

## Capítulo 4

### Trabalho de campo

#### 4.1. Método de investigação

Concluída a revisão de literatura, é agora o momento oportuno de, através da adoção do método mais adequado, “(...) recolher, registar e analisar informações válidas e fiáveis”, que nos permitam responder às questões, inicialmente, formuladas para a presente investigação (Sarmento, 2008, p. 3). A diferença entre os métodos existentes varia de acordo com a forma como os dados são recolhidos e, posteriormente, analisados. Na sua escolha, devemos ter em consideração que estes se tratam de “(...) um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos (...)” (Grawitz *apud* Carmo, 2010, p. 191). Face aos objetivos por nós definidos, vimo-nos na necessidade de recorrer não a um único, mas a dois métodos de investigação. Inicialmente, a utilização de um método quantitativo, que se efetivou através da recolha documental, teve a vantagem de permitir a obtenção de dados com grande objetividade. Posteriormente, e em complemento com este último, um método qualitativo, posto em prática através da realização de entrevistas<sup>24</sup>, foi importante ao permitir ao investigador obter “(...) informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 192).

Podemos, ainda, acrescentar que o presente trabalho configura um *estudo de caso*, visto que explora “(...) um único fenómeno, limitado no tempo e na ação, onde o investigador recolhe informação detalhada” (Sousa e Baptista, 2011, p. 64). Este é “(...) especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona uma oportunidade para estudar, de forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto de um problema em pouco tempo”, razão que esteve na base da sua escolha (Bell, 2010, p. 23).

---

<sup>24</sup> Sarmento considera, ainda, o recurso a entrevistas como um método “inquisitivo”, uma vez que é “(...) baseado no interrogatório escrito ou oral” (2008, p. 5).

## 4.2. Caracterização sócio-demográfica da área de estudo

Tratando-se a presente investigação de um *estudo de caso*, revela-se importante caracterizar, ainda que sucintamente, a área onde esta tem lugar. Situado na região do Algarve, São Brás de Alportel é um dos 16 concelhos do Distrito de Faro. Simultaneamente, é um dos cinco municípios que em Portugal tem uma única Freguesia. Com a forma aproximada de um retângulo de 150,1 km<sup>2</sup> de área, é limitado a oeste pelo concelho de Loulé, a noroeste por Tavira, a sul por Faro e a sudeste por Olhão (CMSBA, 1994). Dois eixos viários principais, no sentido Norte-Sul a EN 2 (Lisboa - Faro) e no sentido Este-Oeste a EN 270 (Tavira - Loulé), que se cruzam no interior da vila, dividem o concelho em quatro setores. Geo-morfologicamente, o concelho é constituído a norte pela serra, a sul pelo barrocal e a dividir estas duas regiões encontramos uma estreita faixa, a gola-sedimentar (CMSBA, 2005).

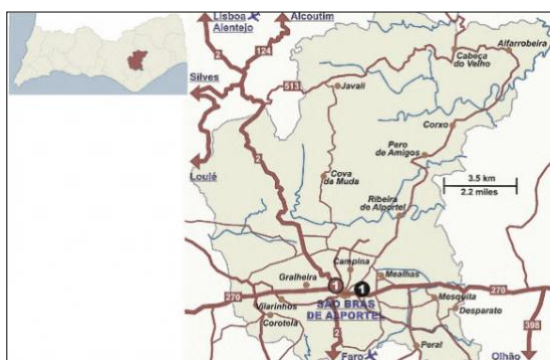


Figura n.º 1<sup>25</sup> — Mapa do concelho de São Brás de Alportel

São Brás de Alportel possui, atualmente, uma população especialmente envelhecida. De entre os 10.662 habitantes, 2.392 (22%) são idosos, ultrapassando, já, largamente o número de crianças (1.536) (INE, 2011). Como consequência desta realidade, o concelho tem vindo a registar taxas de mortalidade mais elevadas do que as verificadas na região e no país” (CMSBA, 2005). Na distribuição dos idosos quanto ao género, temos um total de 1.048 homens para 1.344 mulheres. O concelho possui 3% da população idosa do Algarve (INE, 2011). A densidade populacional é de 66,8 hab/km<sup>2</sup>, vivendo a maioria dos habitantes (7200) no centro da vila (INE, 2011).

<sup>25</sup> Adaptado de Virtual (2012).

Em função das mudanças, a coesão social tem vindo a enfraquecer. Se em outros tempos as famílias eram numerosas, com o progresso tecnológico estas tornaram-se nucleares, desaparecendo a ligação e a interdependência dos elementos do agregado familiar (Chaveca, 2005). Por outro lado, 10% da população residente pertence a um tipo de comunidade que é tendencialmente fechada sobre si mesma (CMSBA, 2005). Tratam-se de estrangeiros, provindos do norte da Europa, na sua maioria ingleses e alemães, e que procuram casas nas zonas do Barrocal e da Serra em locais onde os preços praticados são “(...) pouco adequados ao poder de compra dos portugueses” (CMSBA, 2006, p. 60).

Entre os equipamentos sociais de apoio à terceira idade, encontramos, a cargo da Santa Casa da Misericórdia, um lar e um centro de dia. No Sítio dos Machados existe uma “Casa de Repouso e Saúde de S. Brás”, pertencente a uma instituição particular. A primeira tem capacidade para 85 utentes; contudo, ultrapassa a sua capacidade com 88 idosos, existindo cerca de 60 em lista de espera. Já o lar de iniciativa privada tem lugar para 88 utentes, sendo apenas utilizado por 31. Estes dados são claramente demonstrativos de uma população carenciada e a necessitar deste tipo de serviços, mas incapaz de suportar os custos de um lar privado (CMSBA, 2005). A prestar o apoio domiciliário existiam apenas 2 instituições: a Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel e a Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão, o que fica muito aquém das necessidades (CMSBA, 2005). A localidade não dispõe de qualquer centro de convívio, o que poderia ser uma forma de ocupação dos idosos não dependentes ou com baixo grau de dependência.

Sendo a população idosa, como vimos anteriormente, particularmente afetada pelos problemas de saúde, importa referirmo-nos às infraestruturas que, neste âmbito, existem ao seu dispor. A situação tem vindo a complicar-se, pois, a partir de janeiro de 2007, o único Centro de Saúde existente deixou de ter serviço de urgência. Tal implica que todos os casos de urgência sejam assistidos no Centro de Saúde de Loulé e no Hospital Distrital de Faro, que distam, respetivamente, da sede deste concelho, 12 e 17 km.

O policiamento diário é assegurado pela GNR, que possui, num dos extremos da vila, um PTer<sup>26</sup>. Este é comandado por um Sargento-Ajudante, que, para o desenvolvimento da missão que lhe está confiada, conta com 17 militares. Destes, dispõe apenas de 15 para a execução do serviço operacional, pois 2 dedicam-se em exclusivo a

---

<sup>26</sup> Vide o disposto na Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro.

tarefas burocráticas (atendimento, secretaria e secção de inquéritos). Para se deslocar às ocorrências, tem ao seu dispor um parque automóvel que está bastante envelhecido, um total de 3 viaturas auto e 1 motociclo com uma média de 12 anos. Recentemente, foram ainda fornecidas 4 bicicletas pela CMSBA, o que se tem revelado um meio bastante útil no patrulhamento.

### 4.3. Procedimentos e técnicas

Tendo em consideração que a redação do presente relatório “(...) deverá ser de modo a que o leitor consiga replicar a metodologia e os procedimentos empregues na investigação (...)”<sup>27</sup>, bem como permitir a sua reprodução futura, analisaremos de seguida em pormenor, cada um dos dois métodos utilizados.

#### 4.3.1. Recolha documental

Este primeiro método resulta da obtenção de dados através da análise documental, ou seja “(...) uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sobre a forma diferente da original a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Chaumier *apud* Bardin, 2008, p. 47). O investigador “(...) tem acesso a informações trabalhadas por terceiros e procede à sua recolha (...)”, pelo que são consideradas secundárias (Sousa e Baptista, 2011, p. 71).

No subcapítulo anterior, uma caracterização do concelho oferece-nos algumas pistas acerca das condições em que a população idosa aí reside. Assumindo principal preocupação os idosos que se encontram em situação vulnerável e no sentido de obter uma visão mais completa do problema que temos em mãos, entendemos por bem analisar alguns dados recolhidos durante a realização da operação “Censos Sénior 2012”. Subsequentemente, e assentando o nosso trabalho na temática da segurança, é indispensável quantificar a criminalidade que afeta esta faixa etária, tal como a sua tipologia. Nessa perspetiva, analisaram-se todos os autos de denúncia e autos de notícia

---

<sup>27</sup> Cfr. o disposto na NEP n.º 520/DE, de 30 de junho de 2011, da AM.

registados no PTER de São Brás de Alportel, durante os anos de 2009, 2010 e 2011, perfazendo um total de 993 autos. A opção de analisar três anos diferentes é relevante, a fim de permitir inferir qual a tendência evolutiva do fenómeno da criminalidade, durante aquele período temporal que nos é mais próximo. Criou-se, para o efeito, uma tabela onde se registaram os seguintes dados:

- a) Local dos factos;
- b) Data dos factos;
- c) Data de nascimento da vítima;
- d) Género, estado civil e nacionalidade da vítima; e
- e) Crime praticado.

Inicialmente, foi nossa intenção recolher também informação quanto ao autor do crime, mas rapidamente se deixou de o fazer. Por um lado, salvo raras exceções, a informação que tínhamos apenas referia “desconhecido”; por outro lado, várias foram as vezes em que simplesmente nem sequer constava qualquer informação nos autos.

Com o intuito de estabelecer um maior rigor na recolha dos referidos dados, e por conseguinte uma maior fidelidade dos mesmos, exigiu-se a adoção de um conjunto de parâmetros que passamos a enunciar:

#### **a) Local dos factos**

Atendendo que pretendemos ter dados tão precisos quanto possível acerca dos idosos que em São Brás de Alportel são vítimas de crimes, foram excluídos todos os crimes cujo lugar dos factos foi fora do concelho, ainda que a vítima aí resida. Pela mesma ordem de ideias, foram aceites, nesta análise, os crimes cometidos contra idosos no concelho, ainda que estes não possuam aí a sua morada. Quanto à determinação do local do crime, teve-se em consideração o seguinte:

— Os crimes em que, para a sua prática, foi utilizado um meio eletrónico, como o telefone ou a internet; considerou-se como local da prática dos factos a morada da vítima; e

— No caso dos crimes que foram cometidos em transporte público, mas acerca dos quais não se sabe em que local exato do percurso estes se deram, determinou-se como lugar da prática a estação na qual a vítima abandonou esse mesmo meio de transporte.

**b) Data dos factos**

Nas situações em que a informação acerca da data dos factos era escassa, constando apenas que o crime ocorreu durante um determinado período, não havendo certezas quanto ao dia exato, considerou-se o início desse período para determinar o momento da sua prática.

**c) Data de nascimento da vítima**

À exceção dos primeiros autos de 2009, todos os restantes foram processados no SIIOP e posteriormente impressos. Foram excluídos da análise todos os autos em que não foi possível determinar a idade da vítima por falta de informação. Todavia foi possível, por vezes, recolher informação acerca da data de nascimento da vítima em documentos anexos ao auto. Para calcular a idade da vítima, foi tido em conta o número de anos completos à data da ocorrência dos factos.

**d) Género, estado civil e nacionalidade da vítima**

Quando não existia informação nos autos relativamente a estas variáveis optou-se por colocar a sigla “ND”.

**e) Crime praticado**

Para determinar o tipo de crime, teve-se em conta a notação tomada no “Livro de registo de processos crimes”, relativamente ao auto em análise. Porém, foram seguidas algumas das indicações dadas pela DGPJ (2011), no seu manual para o preenchimento de crimes registados, em particular as seguintes:

- Apenas se indicaram as ocorrências criminais, com exclusão das contravenções e das transgressões, independentemente da sua eventual transferência para outros órgãos de polícia criminal;
- Incluíram-se as ocorrências em que os suspeitos eram menores de 16 anos ou incapazes; e
- Apenas se indicou um tipo de crime por cada ocorrência. Quando, num mesmo auto, as vítimas referiam mais do que um crime ocorrido em datas próximas, indicou-se apenas aquele que se revelava mais grave, de acordo com os exemplos prescritos no manual.

Em expressões que suscitavam alguma dúvida, tais como “Provocaram danos e possivelmente provocaram furto em interior de residência”, optou-se por contabilizar o

crime acerca do qual existe maior certeza, neste caso o dano. Foram considerados os crimes contra pessoa coletiva, quando o seu proprietário se tratava de um idoso. Ainda que o suicídio não constitua um crime, optou-se por fazer a sua notação, tendo em conta que aquele pode ser o resultado do isolamento e da exclusão social a que os idosos são muitas vezes votados.

Este levantamento da criminalidade decorreu nas instalações do Posto da GNR de São Brás de Alportel, no período de 18 a 22 de junho de 2012. O seu tratamento e análise deu-se *à posteriori*, fazendo uso do *Microsoft Excel 2010*, a fim de gerar a reprodução gráfica desses mesmos dados. As ferramentas do *Google Earth* foram-nos também bastante úteis, ao permitir determinar o quanto distavam do PTer as residências dos idosos referenciados no decorrer da operação “Censos Sénior 2012”.

#### 4.3.2. Entrevistas

Em período contíguo à recolha documental, de 22 de junho e 6 de julho de 2012, conduziram-se várias entrevistas<sup>28</sup>. Este método revelou-se imprescindível para a obtenção de informação capaz de satisfazer os objetivos predeterminados e conferiu ao investigador a possibilidade de aceder a dados com “(...) um grau máximo de autenticidade e profundidade” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 192). Por outro lado, constituiu-se num meio capaz de preencher os requisitos defendidos por Coutinho (2011, p. 90), segundo o qual “todo e qualquer plano de investigação, seja ela de cariz quantitativo, qualitativo ou multi-metodológico, implica uma recolha de dados originais por parte do investigador”. As entrevistas tinham por objetivo recolher o conhecimento e a experiência dos militares da Guarda que, pelas funções que desempenham, têm um papel decisivo no que respeita à segurança dos idosos no concelho. Mas, ficar por aqui, seria muito pouco ambicioso, pois, segundo Guerra (2010, p. 41), para “(...) garantir que a investigação abordou a realidade considerando as variações necessárias, é preciso assegurar a presença da diversidade dos sujeitos ou das situações em estudo”. Assim, impunha-se reunir também os testemunhos que têm para nos oferecer os profissionais pertencentes a diversas entidades públicas e

---

<sup>28</sup> Vide a transcrição dos seus guiões no Apêndice C.

privadas que, no seu quotidiano, lidam de perto e têm uma palavra a dizer a respeito do bem-estar e da tranquilidade deste grupo especialmente vulnerável.

Para obter a tão desejada informação, e em função da especificidade própria do trabalho que é desenvolvido por diferentes entidades, foi sentida a necessidade de elaborar diferentes guiões, onde se procurou “(...) produzir ou registar as informações requeridas pelas hipóteses e prescritas pelos indicadores” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 164). Antes do início da entrevista, foi pessoalmente entregue uma “carta de apresentação”<sup>29</sup> a cada entrevistado, onde se deu a conhecer o âmbito do trabalho e os objetivos do mesmo, e foi, ainda, explicado o contributo que era expectável da sua parte e em que medida esse se revelava importante. No momento imediato ao início da entrevista, pediu-se autorização para efetuar a sua gravação em áudio<sup>30</sup>, algo que se revelou fundamental para que, posteriormente, se pudessem recuperar as expressões utilizadas pelo entrevistado, sem existir o risco de um enviuamento das mesmas. O desenrolar da entrevista ocorreu de forma semi-diretiva, visto que “(...) o entrevistado responde às perguntas do guião, mas também pode falar sobre outros assuntos relacionados” (Sarmiento, 2008, p. 18). Ao longo de todo o diálogo, houve especial preocupação da nossa parte em direcioná-lo para as questões que, no guião, pretendíamos ver respondidas, sem deixar que o entrevistado se afastasse em demasia do seu conteúdo. Tal como aconselhado por Sousa e Baptista (2011), a sua condução deu-se num tom informal e tão natural quanto possível, assemelhando-se mais a uma simples conversa, do que a um *interrogatório*.

Finalizadas as entrevistas, foram traduzidas a escrito e dadas a conhecer aos vários entrevistados, para efeitos de validação, antes da sua publicação. Tal aspeto foi importante a fim de salvaguardar os interesses dos seus Autores, permitindo também que estes pudessem corrigir eventuais imprecisões quanto aos dados registados, bem como acrescentar alguma informação que considerassem relevante e pertinente para o estudo em causa.

Quando chegou a hora de tratar a informação recolhida, procedeu-se a uma análise qualitativa do seu conteúdo. A análise de conteúdo, melhor do que qualquer outro método de trabalho permite “(...) quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p. 227). Para o

---

<sup>29</sup> Vide a sua transcrição integralmente no Apêndice B.

<sup>30</sup> Foi utilizado um gravador de voz digital, “Olympus WS-110 Digital Voice Recorder”.

efeito, à imagem do que é defendido por Guerra (2010, p. 73), para cada questão criou-se uma “grelha vertical”, na qual, de forma fidedigna, se reproduziram as respostas dos entrevistados, através de uma síntese dos seus discursos. Segundo o Autor, estes quadros são bastantes úteis, pois permitem reduzir a quantidade de informação a trabalhar e, ainda, proceder à sua comparação, no sentido de encontrar aspetos comuns ou divergentes entre as diferentes entrevistas. A análise descrita permitiria, deste modo, dar resposta às hipóteses da investigação.

#### 4.4. Caracterização da amostra

De entre a população idosa que reside no nosso país, selecionou-se, para estudar, a que vive no concelho de São Brás de Alportel, local em que se realizou o trabalho de campo. A razão por detrás da escolha deste universo fica a dever-se, essencialmente, a dois fatores:

- i.* O DTer de Faro engloba três concelhos, o de Faro, o de Olhão, e o de São Brás de Alportel, perfazendo um total de 482 km<sup>2</sup>, o que é uma área geográfica e populacionalmente vasta para que, consistentemente e atendendo ao tempo disponível, se consigam alcançar conclusões cientificamente credíveis;
- ii.* O segundo fator prende-se com a jurisdição das Forças de Segurança, sendo que o policiamento da localidade de São Brás de Alportel é o único que na área de ação do DTer de Faro não é partilhado entre a Guarda e a PSP. Ora, essa partilha poderia ser, eventualmente, considerada um fator condicionante da investigação e, conseqüentemente, das conclusões alcançadas.

No que concerne à recolha documental, como já anteriormente enunciado, esta recaiu sobre todos os crimes cometidos nos últimos 3 anos, selecionando-se os praticados contra idosos.

As entrevistas foram realizadas com as entidades que abaixo se encontram descritas, onde aparecem os militares da Guarda seguidos das diversas entidades públicas e privadas, segundo a ordem pela qual foram entrevistadas. A sua seleção assentou, numa lógica de proximidade e ligação que, por questões profissionais, existe com a comunidade idosa do concelho.

Tabela n.º 1 — Entidades entrevistadas

Entrevista n.º	Entidade	Função Atual	Nome
1	DTer de Faro	Capitão, Cmdt do DTer de Faro.	Paulo César Brito dos Santos
2	PTer de São Brás de Alportel	Sargento-Ajudante, Cmdt do PTER de São Brás de Alportel.	Luís Manuel V. Guerreiro
3	SPE do DTer de Faro	Guarda afeto ao Núcleo Residência Segura.	Rui Miguel Correia Filipe
4	SPE do DTer de Faro	Guarda afeto ao Núcleo Residência Segura	Rui Miguel Cipriano da Palma
5	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - Faro	Gestora do Gabinete de Apoio à Vítima de Faro	Lurdes Carlos
6	Câmara Municipal de São Brás de Alportel	Vereadora, responsável pela área da “Ação Social e Habitação”	Marlene de Sousa Guerreiro
7	Junta da Freguesia de São Brás de Alportel	Presidente da Junta de Freguesia	David José Ventura Gonçalves
8	Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão	Diretora Técnica	Célia Romão
9	Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel	Diretora Técnica	Cidália Pereira Carvalho Nunes
10	Casa do Repouso e Saúde de São Brás	Responsável de Lar	Elisabete Monteiro

## Capítulo 5

### Análise e discussão dos resultados

Ao longo deste capítulo, são apresentados os dados resultantes da investigação de campo. A informação é exposta pela ordem em que foi obtida, sequencialmente, dados dos “Censos Sénior 2012”, a análise da criminalidade, e a discussão das entrevistas.

#### 5.1. Estatística criminal

Nos últimos “Censos Sénior 2012”, foram registados 88 idosos a viver sozinhos e/ou isolados no concelho, o que representa 14,7% dos idosos em semelhante situação na região do Algarve. Mais de metade possui idade superior a 80 anos (67%) (fig. n.º 2). Quanto ao estado civil, verificámos que aqueles que se encontram viúvos e casados apresentam as percentagens mais significativas, 48% e 40%, respetivamente (fig. n.º 3). Não nos é possível aferir a nacionalidade dos idosos registados, ainda que, em alguns casos, o nome dos idosos nos leve a crer que a sua nacionalidade não é portuguesa.

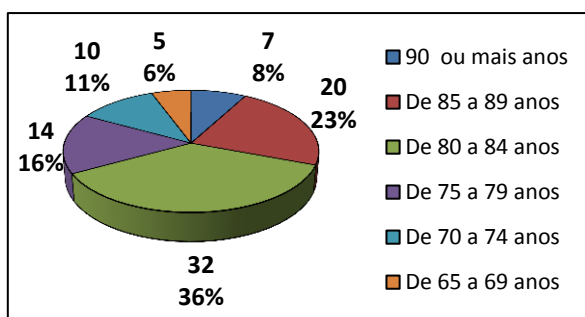


Figura n.º 2 — Censos Sénior 2012, distribuição por idades

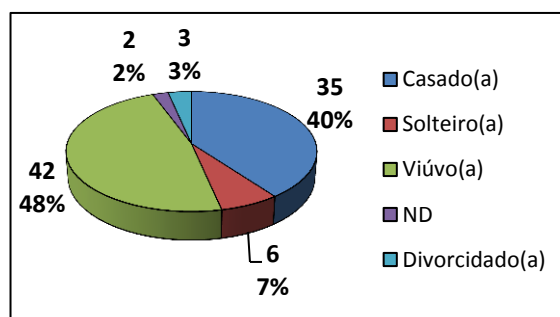


Figura n.º 3 — Censos Sénior 2012, distribuição por estado civil

Analisada a distância entre as residências dos idosos, identificados como isolados ou a viver sozinhos, e o PTer, verificámos que o maior número de idosos se encontra no raio de 1 km relativamente ao PTer. Em 81% das situações referenciadas a distância ao posto não excede os 3 km e em 95% não excede 5 km. O idoso registado que se encontra mais afastado dista 25 km do PTer (fig. n.º 4).

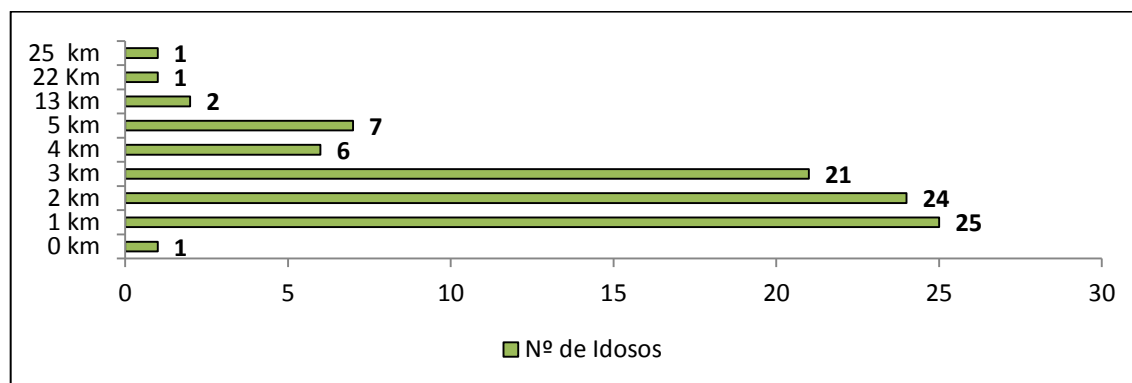


Figura n.º 4 — Censos Sénior 2012, distância da residência ao Posto Territorial

Ainda que não se justifique a apresentação gráfica das pensões dos idosos, aqui analisados, é de referir que o valor mais baixo é de 108 euros, o valor mais elevado é de 800 euros, sendo a média de 352, 23 euros mensais.

Depois de analisados os 933 autos elaborados ao longo dos últimos 3 anos, e excluídos os autos que não satisfaziam as condições para serem considerados em análise, obteve-se uma média de 290 autos para analisar, por ano (fig. n.º 5). Em 2009, verificaram-se 33 crimes contra idosos (11,15%), houve uma redução considerável em 2010 para 23 crimes (8,16%) e, em 2011, a criminalidade registou os valores mais elevados, com 37 autos (12,67%).

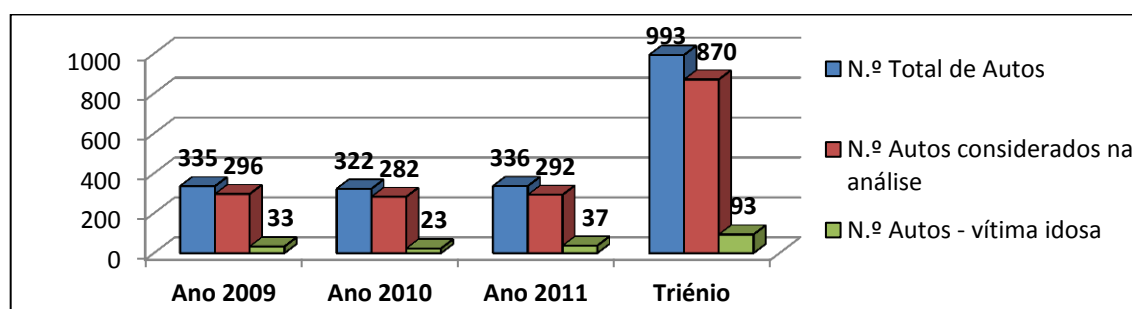


Figura n.º 5 — Caracterização dos dados recolhidos

Ao longo do último triénio (fig. n.º 6), os homens foram os mais afetados pelo crime (63%), enquanto as mulheres foram vítimas em 37% dos casos. 2009 foi o ano em que se notou uma diferença mais significativa, quando 79% dos homens se constituíram vítimas de crimes. Desde então, a proporção relativa entre ambos tem vindo a atenuar-se.

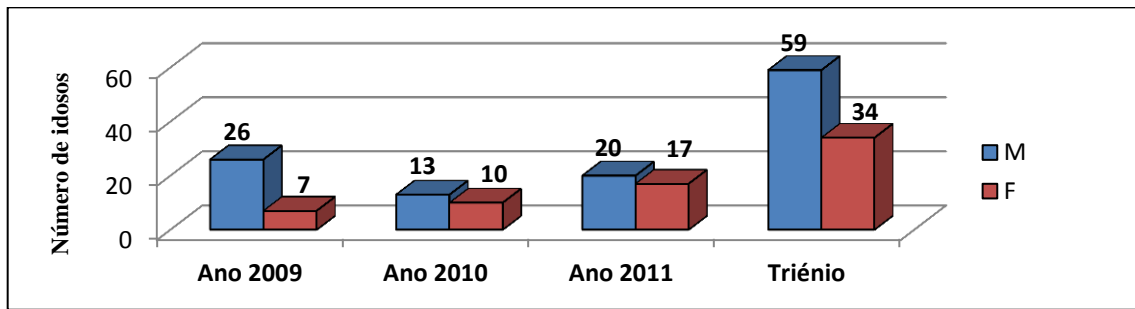


Figura n.º 6 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao gênero

Como se pode verificar pela fig. abaixo (n.º 7), os idosos casados prevalecem entre as vítimas de crimes registrados ao longo dos últimos 3 anos (56%), sendo seguidos por aqueles que se encontram viúvos (25%), solteiros (8%) e divorciados (6%). Estes valores mantêm-se muito semelhantes quando analisamos cada um dos anos separadamente.

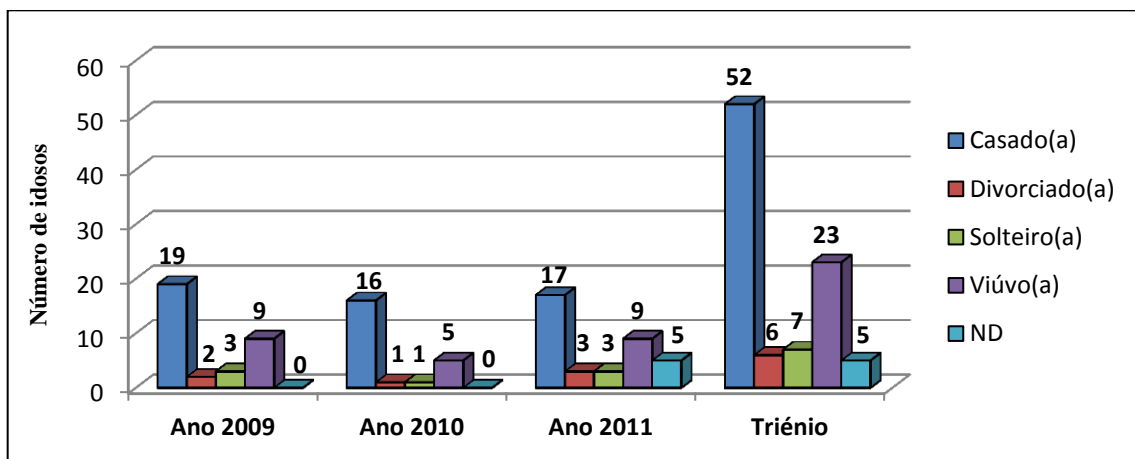


Figura n.º 7 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao estado civil

Quando cruzamos a variável “gênero” com a variável “estado civil” (fig. n.º 8) verificamos que 67,79% dos homens, vítimas de crime, são, também, casados. Ao longo dos 3 anos constatamos que 2009 foi o ano em que a frequência do fenômeno foi maior e depois decresceu ligeiramente, ainda que não saibamos o estado civil em três das situações que ocorreram em 2011.

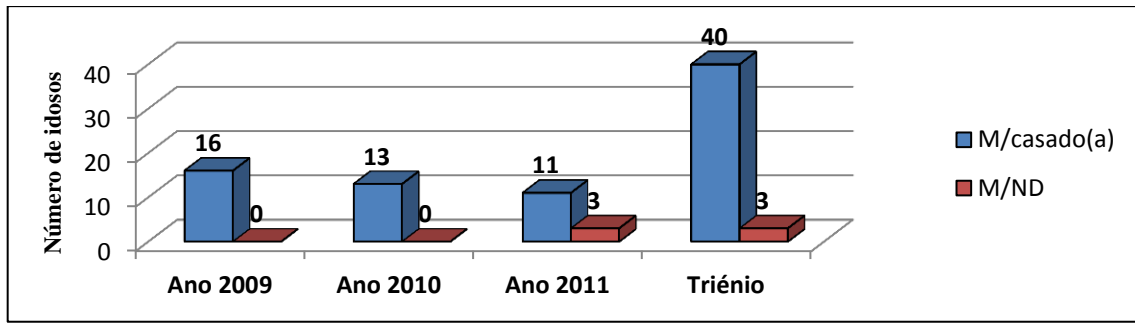


Figura n.º 8 — Correlação entre “género” e “estado civil” da vítima (triénio)

Dos dados apurados, quanto à nacionalidade (fig. n.º 9), os portugueses tiveram o maior destaque (77%); seguidamente, os mais vitimados foram os ingleses (11%); por fim, os alemães (7%) e os holandeses (3%). É de salientar que, embora a comunidade emigrante constitua apenas 10% da população, perfaz um quarto do total dos crimes registados.

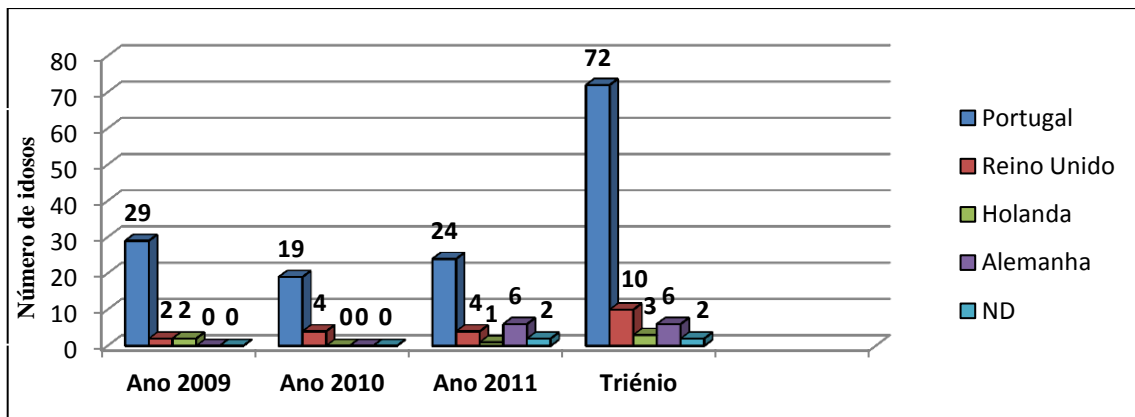


Figura n.º 9 — Distribuição das vítimas idosas quanto à nacionalidade

Analisando agora a tipologia criminal, verificamos que os crimes contra o património assumem largamente destaque, com 89,2% das ocorrências criminais, sendo os restantes crimes contra as pessoas (fig. n.º 10).

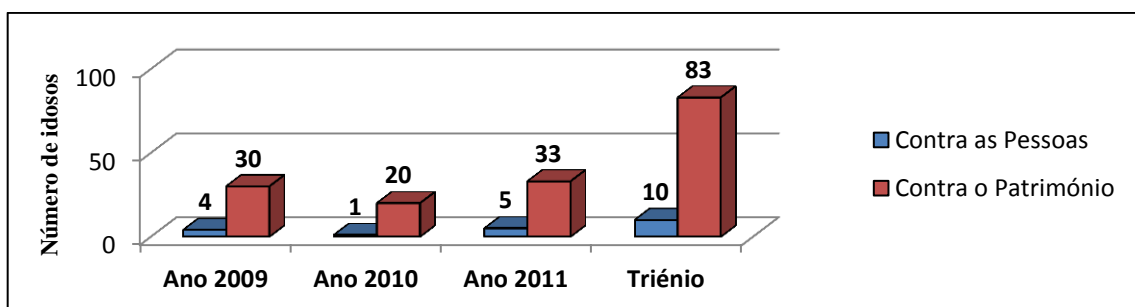


Figura n.º 10 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao tipo de crime

Uma observação detalhada dos crimes (fig. n.º 11) deixa claro que o elevado valor que estes assumem contra o património fica a dever-se ao número de furtos<sup>31</sup>, que se mantém elevado ao longo dos 3 últimos anos (66% do total de crimes), com um ligeiro aumento no último ano. Imediatamente a seguir, o roubo<sup>32</sup> assume o maior destaque, com 9% dos crimes. A ofensa à integridade física<sup>33</sup>, o dano<sup>34</sup> e a burla<sup>35</sup>, assumem valores muito similares (cerca de 6%); contudo, verificamos que, no ano 2010, não se registaram burlas contra idosos. O abuso de confiança<sup>36</sup>, a ameaça<sup>37</sup>, a injúria<sup>38</sup> e a violência doméstica<sup>39</sup> deixam transparecer os valores mais reduzidos. De referir que ocorreram, ainda, 2 suicídios, 1 em 2009 e outro em 2011.

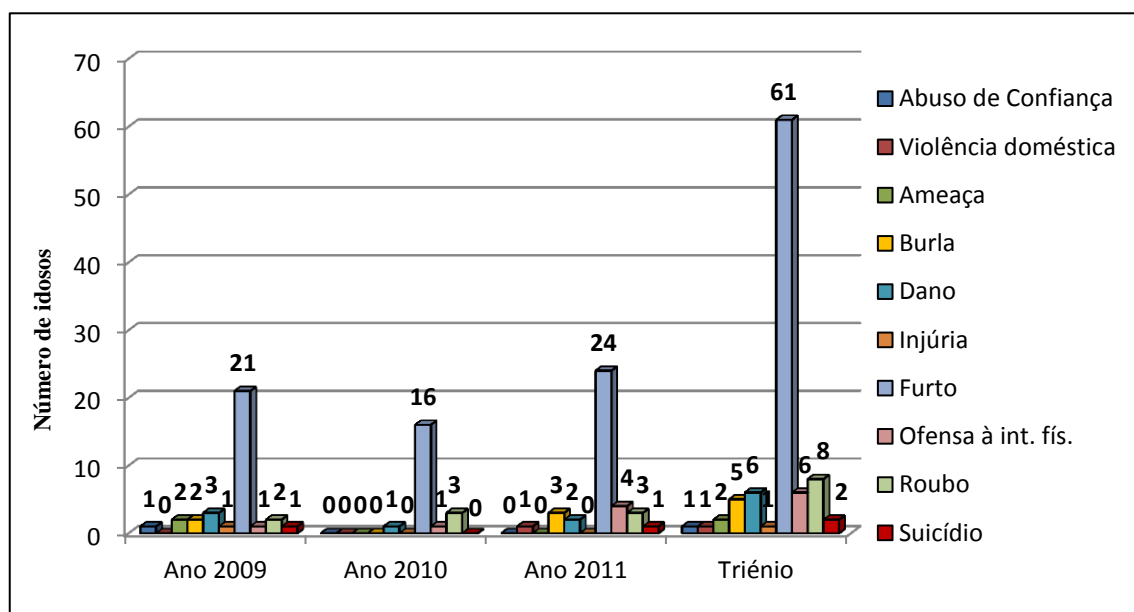


Figura n.º 11 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao crime cometido

A figura seguinte (n.º 12) dá-nos uma panorâmica dos furtos cometidos. O furto em interior de residência tem vindo a aumentar de ano para ano, sendo aquele que mais se destaca no conjunto dos anos analisados (52%). O furto na via pública (21%) aumentou consideravelmente no último ano, após uma queda de 50% em 2010.

<sup>31</sup>Vide o previsto no art.º 203.º, do CP.

<sup>32</sup>Vide o previsto no art.º 210.º, do CP.

<sup>33</sup>Vide o previsto no art.º 143.º, do CP.

<sup>34</sup>Vide o previsto no art.º 212.º, do CP.

<sup>35</sup>Vide o previsto no art.º 217.º, do CP.

<sup>36</sup>Vide o previsto no art.º 205.º, do CP.

<sup>37</sup>Vide o previsto no art.º 153.º, do CP.

<sup>38</sup>Vide o previsto no art.º 181.º, do CP.

<sup>39</sup>Vide o previsto no art.º 152.º, do CP.

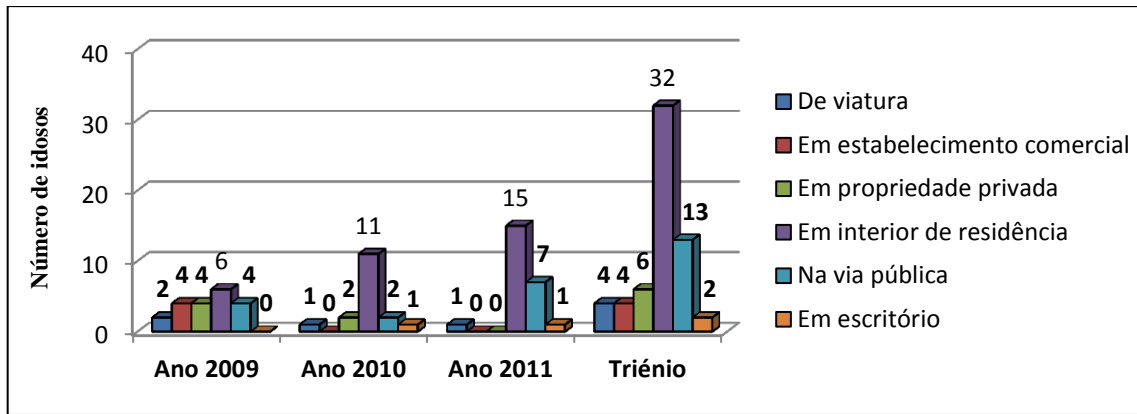


Figura n.º 12 — Distribuição das vítimas idosas quanto ao crime cometido

Quando tentamos identificar qual o perfil da vítima afetada pelo furto em interior de residência, verificamos que esta, em mais de metade dos casos, é casada (59%) (fig. n.º 13). Percebemos ainda que a população estrangeira residente, apesar de constituir uma pequena percentagem do total da população, é bastante fustigada por este tipo de crime (47%) (fig. n.º 14).

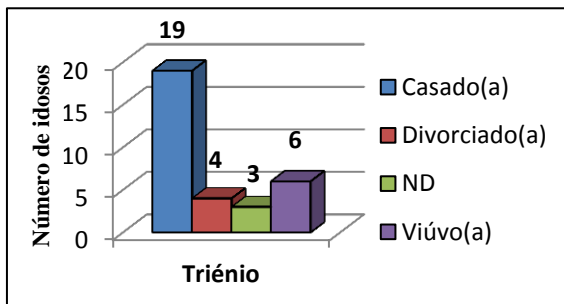


Figura n.º 13 — Correlação entre furto “em interior de residência” e “estado civil” da vítima (triénio)

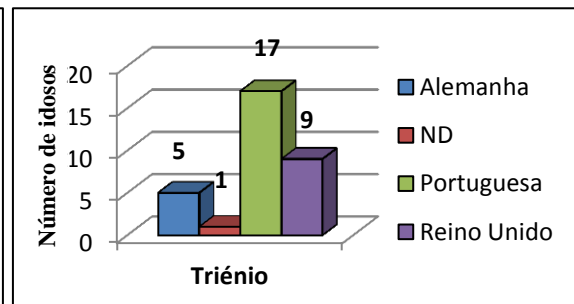


Figura n.º 14 — Correlação entre furto “em interior de residência” e “nacionalidade” da vítima (triénio)

## 5.2. Entrevistas

As grelhas que nos permitiram analisar as entrevistas, devido à sua dimensão, foram colocadas no apêndice D, onde podem ser consultadas. Apresentamos de seguida, separadamente para cada entrevista, os aspetos que de entre as respostas dos entrevistados julgamos serem os mais pertinentes para responder às questões de investigação.

**Questão n.º 1 — Quais considera serem os principais problemas que os idosos, aqui no concelho, atravessam ao nível social e ao nível de segurança?**

Esta primeira questão tem como objetivo compreender, neste concelho em particular, quais os problemas que afetam a população idosa e a tornam num grupo especialmente vulnerável. O principal problema apontado pelos entrevistados é o isolamento social e/ou geográfico. Metade refere-se ao abandono e uma pequena parte ressalva ainda as carências financeiras e os problemas de saúde. Relativamente a estes problemas, é importante referir alguns aspetos salientados pelos entrevistados:

—O isolamento não se verifica de forma igual ao longo do concelho. Este fenómeno é mais evidente no interior da vila do que entre as pessoas da serra (ent. n.º 6). A solidariedade que antigamente existia em pequenas comunidades tem vindo a esbater-se (ent.º 7).

—O abandono está associado, por um lado à escusa de cuidado dos pais por parte dos filhos; e por outro lado, devido à perda de solidariedade que antigamente existia entre os vizinhos em meios mais rurais (ent. n.º 5).

—O aspeto económico, associado às baixas reformas que estes recebem, terá tendência a agravar-se com a crise que atualmente Portugal atravessa. Paralelamente, os custos de um lar privado, com valores a rondar os 1000 euros, são insuportáveis para muitos dos idosos (ent. n.ºs 3 e 10).

—Os problemas de saúde que afetam esta faixa etária agravam-se pela inexistência de serviço de urgências no centro de saúde, e pelo reduzido número de médicos de família e psicólogos (ent. n.º 6).

**Questão n.º 2 — Quais são as atividades que têm sido feitas ao abrigo do programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” em São Brás de Alportel?**

Com esta questão procurava-se saber qual o trabalho que os militares responsáveis pelo programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” têm realizado na área de estudo, no que concerne à segurança dos idosos. Podemos identificar duas atividades principais: campanhas de sensibilização (referidas por todos os ent.) e a visita aos idosos registados como vulneráveis (referida pelo ent. n.º 1). É possível acrescentar que as referidas campanhas de sensibilização têm sido desenvolvidas em parceria com a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal, a DECO e a Paróquia.

**Questão n.º 3 — Que iniciativas têm sido levadas a cabo no sentido de combater os problemas desta faixa etária, como sejam o seu isolamento, a sua exclusão social, ou ainda o seu sentimento de insegurança?**

Vimos, na questão anterior, o que a Guarda faz a respeito da população idosa, pelo que importa agora conhecer o que é feito pelas restantes entidades. Assim, com esta questão, procura-se saber o que cada entidade *per si* tem feito no que respeita ao isolamento, à exclusão social ou ao sentimento de insegurança dessa população. Após a análise, conseguiram-se identificar as seguintes iniciativas:

- A realização de ações de sensibilização em colaboração com a GNR, tendo a sua maioria lugar na serra (ent. n.ºs 5 e 6);
- A criação de conteúdos e folhetos a pensar na segurança dos idosos (ent. n.º 6);
- O desenvolvimento do programa “segurança na comunidade” em que se tratam temas sensíveis da comunidade, designadamente a segurança dos idosos que vivem sozinhos ou em locais distantes da vila (ent. n.º 6);
- A disponibilização de um autocarro que, todas as quartas-feiras, transporta os idosos da serra para a vila e no final do dia os leva de volta para casa (ent. n.º 6);
- A existência, desde há 3 anos, da “Universidade Sénior” que permite aos idosos estarem envolvidos, socializarem e que também é utilizada como meio para passar alguma mensagem relativa à segurança (ent. n.º 6);
- A construção de um centro de convívio na serra, no sítio dos Parizes, até ao final do ano (ent. n.º 6);
- A disponibilização de um gabinete de apoio ao idoso no Centro de Apoio à Comunidade (ent. n.º 7);
- A reunião de um grupo constituído por várias entidades com responsabilidade na área dos idosos, sempre que surge um caso preocupante com os mesmos (ent. n.º 7);
- A sinalização de situações vulneráveis junto da família do idoso, levando-a a sentir-se responsabilizada e a intervir (ent. n.º 7);
- A criação de um grupo no âmbito do “Ano Europeu do Envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações” constituído pelos: Centro de Saúde de São Brás, PTER de São Brás de Alportel, Junta de Freguesia de São Brás de Alportel, Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel e Centro Distrital de Faro do Instituto de Segurança social (ent. n.º 7); e

— A disponibilização de centro de dia na Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, durante todos os dias, e, à quinta-feira na Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão (ent. n.º 9 e 8, respetivamente).

Conseguimos ter, com esta descrição, uma abrangência do papel que as várias entidades — APAV, Câmara Municipal de São Brás de Alportel, Junta de Freguesia de São Brás de Alportel, Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão e Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel — no seu dia-a-dia, têm na vida dos idosos. Somente a Casa do Repouso e Saúde de São Brás não nos apontou nenhuma tarefa que fosse desenvolvida para combater o isolamento, a exclusão social, ou o seu sentimento de insegurança.

**Questão n.º 4 — O que retratam as campanhas de sensibilização orientadas para os idosos?**

Esta questão pretendia saber o assunto que era tratado nas campanhas de sensibilização, quer as desenvolvidas pelos militares, quer as desenvolvidas por outras entidades. As respostas que obtivemos a esta questão foram unânimes, pois todos os entrevistados referem que as ações de sensibilização são pensadas no sentido de prevenir as burlas, dando alguns conselhos e ajudando a reconhecer se uma nota é falsa.

**Questão n.º 5 — Quanto aos meios humanos e materiais, que possui para este tipo de serviço, considera que são suficientes para o que é exigido na atividade diária?**

Nós tínhamos, com esta questão, o interesse em saber as necessidades da GNR aos níveis material e humano. Um dos entrevistados limitou-se a responder às necessidades humanas, e considerou o efetivo como suficiente, sendo desejável contar com mais (ent. n.º 1). O outro entrevistado apenas respondeu às necessidades materiais, referindo que, no que concerne ao NRS e ao NIS, atendendo ao volume de trabalho e à dimensão que o programa tem vindo a assumir, justificar-se-ia a existência de um gabinete próprio (ent. n.º 4).

**Questão n.º 6 — Relativamente à SPE, qual é a forma como esta se encontra implementada no DTer de Faro?**

A presente questão procura perceber o modo como se encontra implementada a SPE, e de que forma o NIS surge na sua estrutura. A resposta a esta questão foi dada através da

entrevista ao Cmdt do DTer de Faro e complementada pelo Cmdt do PTer de São Brás de Alportel. Conseguimos assim apurar, que no DTer de Faro existe uma SPE constituída por 2 núcleos, o NES e o NRS. No que diz respeito aos idosos, os 2 militares que pertencem ao NRS são responsáveis por desenvolver todas as atividades orientadas para os mesmos. São Brás de Alportel constitui-se, contudo, uma exceção. Devido à dimensão da área de ação do DTer, os militares do NIS, nesse concelho, em particular, apenas levam a cabo as ações de sensibilização da população idosa, sendo o patrulhamento e o contato diário com esta população da responsabilidade dos militares do PTer de São Brás de Alportel(ent. n.º 1).

**Questão n.º 7 — Qual é a autonomia que é concedida aos militares da SPE para planearem e desenvolverem as suas tarefas?**

Esta questão procurava perceber qual o nível de descentralização hierárquica que existe relativamente à SPE. Através da resposta obtida, percebemos que os militares, que integram a SPE, têm uma grande liberdade para planear o seu trabalho consoante as suas necessidades, algo que não acontece com o restante efetivo ao serviço do posto. Os militares têm apenas que, periodicamente, elaborar um horário para o serviço e propô-lo à apreciação do Cmdt de DTer (ent. n.º 1).

**Questão n.º 8 — Os militares que integram a SPE têm algum tipo de formação específica? Sente que existe necessidade de formação adicional em alguma área?**

Os ent. n.ºs 3 e 4 consideram que existe a necessidade de formação adicional e aprofundar o conhecimento em algumas áreas. O Cmdt de DTer (ent. n.º 1) refere que, até ao momento, a única formação dada pela instituição aos militares dos programas especiais ocorreu recentemente, envolvendo os militares de todo o país durante um dia, nas áreas da comunicação e da psicologia. Alguma formação que os militares têm obtido resulta da sua iniciativa e é feita em *Workshops* locais. Os militares dos NRS vão mais longe e especificam ainda qual a formação que consideram necessária no que diz respeito aos idosos: o primeiro refere a necessidade de um conhecimento aprofundado que lhes permita fazer uma correta avaliação de uma situação, bem como o seu posterior reencaminhamento para outra entidade com competências naquela área. O segundo militar refere a necessidade de formação por parte de entidades que fazem estudos nesta área, como seja a APAV ou a Segurança Social.

**Questão n.º 9 — Como é feita a escolha dos militares para integrar a SPE? Que características devem ter?**

Era nosso objetivo determinar os critérios que foram tidos em conta na seleção dos militares da SPE. Segundo a entrevista, os militares vieram para a secção por escolha do Cmdt do DTer de Faro. Esta foi feita através de uma análise da sua postura e do seu profissionalismo. Acrescenta-se, ainda, que estes militares devem ter total disponibilidade para o serviço (que não se restringe ao horário de expediente), devem ter a capacidade de trabalhar em equipa, bons conhecimentos policiais e acima de tudo uma especial sensibilidade para se relacionarem com “(...) uma população com características próprias, como seja a das crianças ou a dos idosos” (ent. n.º 1).

**Questão n.º 10 — Os militares que fazem parte da SPE estão apenas adstritos aos programas especiais ou também integram outras escalas?**

A análise desta questão permitiu-nos inferir que os militares não se dedicam exclusivamente aos programas especiais, mas intervêm em operações onde haja o empenhamento global do DTer. Estas incluem as operações previstas de acordo com o “Plano de Atividade Operacional” e outras operações de relevo, como o policiamento da Concentração *Motard* em Faro, da Semana Académica e da Feira da Serra em São Brás de Alportel” (ent. n.º 1).

**Questão n.º 11 — Entende que existe, por vezes, uma incompreensão por parte de outros militares que não conhecem este tipo de trabalho associado aos programas especiais, considerando que esta não é a verdadeira essência do serviço policial, normalmente associado à ideia de combate ao crime?**

Era nosso objetivo, com esta questão, obter informação relativa à implementação institucional dos programas especiais, nomeadamente no que respeita aos elementos do efetivo que não estão afetos aos mesmos. Ambos os militares (ent. n.ºs 3 e 4) referem que os restantes elementos da instituição menosprezam o trabalho que por eles é feito, considerando que este é mais fácil e com menor carga horária. Contudo, confessam, que antes de virem para a secção, quando estavam no serviço de patrulha, também eles próprios partilhavam essa visão menos favorável acerca deste tipo de serviço. Acrescentam ainda que tal só acontece por *ignorância*, e por falta de informação do que realmente ali se faz,

porque, quando existe uma reflexão sobre o que é o serviço dos programas especiais, a opinião rapidamente muda.

**Questão n.º 12 — Que parcerias são estabelecidas com outras entidades no âmbito da segurança dos idosos? Ainda que de forma informal, com que outras entidades existe cooperação neste âmbito?**

Com esta duas perguntas, procura-se obter, da parte do Cmdt do DTer de Faro um elenco das entidades com as quais a Guarda se encontra envolvida no concelho em análise. A resposta obtida mostra-nos que não existem parcerias formalmente estabelecidas, todavia, existe cooperação de forma informal com a Divisão de Ação Social da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, a Santa Casa da Misericórdia e outras IPSS que prestam serviço no concelho. A Guarda revela-se importante na verificação da qualidade do apoio social prestado ao idoso, na deteção de casos de carência e no seu encaminhamento para outras instituições. Por seu turno, as outras instituições fornecem o apoio social indispensável à resolução das situações sinalizadas (ent. n.º 1).

**Questão n.º 13 — Ao longo da atividade que desenvolvem diariamente, tem existido alguma cooperação com a GNR? Se sim, como a caracteriza?**

A referida questão procura acrescentar algo mais à questão anterior, ouvindo agora o que têm para nos dizer as restantes instituições. Verificamos, assim, que à exceção dos dois lares e da Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão, todas as restantes afirmaram desenvolver atividades em conjunto com a Guarda. A cooperação assinalada regista-se, essencialmente, no desenvolvimento de campanhas de sensibilização.

**Questão n.º 14 — A análise da criminalidade de São Brás de Alportel mostra-nos que, ao longo destes últimos 3 anos, apenas foi registado um único crime de violência doméstica, quando, segundo relatório da APAV dos últimos 10 anos, 76,7% dos crimes contra idosos foram de violência doméstica. Considera que este poderá ser um crime que afeta os idosos no concelho, mas que por razões de variada ordem, não é denunciado?**

O interesse desta questão reside na possibilidade de se obter informação adicional relativa à criminalidade analisada durante a recolha documental e, simultaneamente, verificar se existem indícios acerca de uma possível presença do fenómeno de vitimação. A

totalidade dos entrevistados considera que existem situações de crimes contra idosos que não são, contudo, divulgadas. É ainda importante, em nosso entender, sublinhar alguns dos aspectos valorizados:

- O militar dos NRS refere que só quando vão fazer campanhas de sensibilização é que os idosos os informam de crimes que aconteceram durante o período em que estiveram ausentes (ent. n.º 3);
- A violência doméstica trata-se de um crime que afeta o foro privado das pessoas e que as leva a esconder o que se passa, situação que se agrava quando falamos de idosos (ent. n.ºs 5, 6 e 8);
- Ocorrem situações em que as entidades ou a GNR tomam conhecimento do crime que ocorreu e incentivam as pessoas a apresentar denúncia, no entanto estas recusam-se insistentemente em fazê-lo (ent. n.ºs 5, 7 e 10); e
- Existem, ainda, situações que apenas se colocam a descoberto quando associado ao crime existe uma dificuldade financeira que leva as pessoas a procurar auxílio junto das várias entidades (ent. n.º 7).

**Questão n.º 15 — Quais as razões que podem levar a que os idosos escondam este tipo de crimes?**

As respostas a esta questão foram bastante diversas. Entre as principais razões podemos elencar as seguintes:

- A ausência de um meio de transporte particular que permita ao idoso deslocar-se ao PTER, nomeadamente para aqueles que vivem mais distantes (ent. n.º 3);
- O aspeto financeiro que está presente em inúmeras situações: quer sejam os custos associados ao processo penal, a dependência económica relativamente ao agressor e ainda a abismal dificuldade para o idoso em arranjar um emprego que lhe permita ultrapassar essa dependência (ent. n.ºs 2, 3, 5, 6 e 8);
- A morosidade da justiça e os custos associados, bem como o medo de represálias por parte dos autores do ilícito (ent. n.º 2);
- A vergonha ligada à situação em que vivem ou em denunciar um familiar (ent. n.ºs 3, 5, 6, 7 e 9);
- A ausência de esperança em acabar com o sofrimento para recomeçar um projeto de vida (ent. n.º 5);
- A auto-culpabilização pela situação que sofrem (ent. n.º 6); e

—Outros simplesmente não querem incomodar-se (ent. n.º 3).

**Questão n.º 16 — Na sua opinião, considera que as pessoas têm conhecimento dos custos associados a uma denúncia?**

Com esta pergunta, pretendíamos saber se, de alguma forma, o desconhecimento dos custos associados à apresentação de uma denúncia poderia motivar os idosos a não optarem por tal ato. Dois dos ent. (n.ºs 3 e 5) são da opinião que as pessoas acham que têm de pagar para apresentar denúncia, considerando um deles que tal acontece em metade dos casos. Um terceiro entrevistado tem uma opinião divergente, acreditando que a questão monetária surge apenas em sede de tribunal (ent. n.º 6).

**Questão n.º 17 — Como está organizado o efetivo policial no Posto de São Brás de Alportel? Como é desenvolvido o patrulhamento para fazer face aos idosos que vivem isolados?**

Estas duas perguntas tinham por objetivo perceber qual o efetivo disponível e a forma como, conseqüentemente, o mesmo se encontra organizado para executar o policiamento naquele PTer, nomeadamente no que diz respeito aos idosos que vivem isolados. Após a resposta concedida pelo Cmt de posto, ficamos a perceber que conta com 17 militares. Destes, apenas dispõe de 15 para a execução do serviço operacional, pois 2 dedicam-se em exclusivo a tarefas burocráticas (atendimento, secretaria e secção de inquéritos). Para organizar o patrulhamento aquele optou pela divisão da área de ação em várias zonas, sendo atribuída cada uma a dois militares, que ficam responsáveis de visitar os idosos quando estão de serviço ou quando têm de fazer notificações (ent. n.º 2).

## Conclusões e recomendações

### i. Verificação das hipóteses enunciadas

Estaremos agora em condições de, com o fundamento necessário, responder às interrogações que surgiram no nosso raciocínio desde a fase mais embrionária da conceção deste trabalho. Assim, sem mais delongas, procuraremos determinar a veracidade daqueles que foram os pressupostos que guiaram a nossa investigação ao longo da sua fase mais empírica.

**“H1 — Os idosos mais vulneráveis, caracterizam-se por residir em locais geograficamente isolados”.** Uma caracterização sócio-demográfica de São Brás de Alportel, descrevendo-o como um concelho predominantemente rural, onde uma única Freguesia a sul concentra o grosso da população relegando-se o restante a residir em locais bastantes dispersos e isolados, levar-nos-ia a acreditar que aí se verificassem os casos de maior isolamento. Contudo, surpreendentemente, esta hipótese encontra-se refutada. Tal consideração resulta da análise dos idosos registados pela Guarda como sendo os que se encontram em situação mais vulnerável, ao longo da operação “Censos Sénior 2012” (fig. n.º 4). A imagem que extraímos foi bastante ilustrativa quanto à distância necessária a percorrer para nos deslocarmos desde da casa de cada um dos idosos registados até ao PTer. Em 95% dos casos mais preocupantes a morada é no centro da vila ou nas suas redondezas. Ainda que sem certezas, o testemunho dos entrevistados deixa em aberto uma importante pista para que tal aconteça (resposta à questão n.º 1): numa vila com características eminentemente urbanas, terá desaparecido a solidariedade de outros tempos, e que ainda perdura nas pequenas comunidades existentes na zona mais serrana.

**“H2 — A GNR, através dos militares do NIS, desenvolve diariamente um policiamento de proximidade junto dos idosos”.** Esta hipótese é por nós refutada, contrariando aquilo que seria expectável do trabalho desempenhado pelos militares responsáveis por um programa, como é o “Apoio 65 — Idosos em Segurança”. Tal ilação

resulta das respostas obtidas às questões n.ºs 2, 6, e 17 das entrevistas. Devido à dimensão da área de ação do DTer de Faro, adotou-se uma estratégia de atuação bastante diversa da que é comum acontecer: os militares do NIS apenas se dedicam, periodicamente, a promover campanhas de sensibilização. Por sua vez, o policiamento diário, de proximidade, junto da população idosa, é deixado a cargo dos militares do PTer de São Brás de Alportel. O Cmdt do PTer optou por dividir os vários idosos registados pelo número de militares que tem ao seu dispor e que se encarregam de os visitar quando efetuam o serviço de patrulha ou notificações.

**“H3 — A GNR coopera com diferentes entidades públicas ou privadas, que desenvolvem atividades direcionadas para a segurança dos idosos”.** Esta hipótese é validada, como podemos constatar através da informação obtida a partir da resposta às questões n.ºs 2, 3, 12 e 13. Ainda que as parcerias com a Guarda se estabeleçam de modo informal, existe um envolvimento global entre as diferentes entidades no que respeita à segurança e tranquilidade da população idosa. Entre estas, encontramos a Junta de Freguesia de São Brás de Alportel, a Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, a DECO, a APAV, a Santa Casa da Misericórdia, a Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão, e mesmo a paróquia local. O papel da Guarda complementa-se com o de outras entidades, no sentido em que assume um papel de verificação da qualidade do apoio social prestado aos idosos e deteta casos de carência, encaminhando-os, de seguida, para as restantes instituições que lhes dão a adequada resposta. Existe ainda, periodicamente, a participação conjunta dos vários Atores envolvidos, quando se entenda por necessário levar a cabo campanhas de sensibilização direcionadas para esta faixa etária.

**“H4 — Os moldes em que o programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” está implementado na instituição policial favorece o seu sucesso”.** Como resultado da revisão de literatura, foi possível verificar que o sucesso de um programa como este está em muito dependente da sensibilização da população que o vai receber, mas também da sua implementação institucional, que engloba os seguintes aspetos:

- a) **O grau de descentralização.** Os militares têm uma liberdade enorme para planear e conduzir as suas tarefas, tendo apenas que, periodicamente, submeter à apreciação superior o seu horário e seu planeamento para o serviço (resposta à questão n.º 7). O grau de descentralização hierárquica revela-se desejável.

**b) A adequada seleção dos militares.** Como resulta do respondido à questão n.º 9, os militares foram escolhidos através de uma análise da sua postura e do seu profissionalismo. Apresentando estes uma total disponibilidade para o serviço, capacidade de trabalhar em equipa, bons conhecimentos policiais, e acima de tudo, uma especial sensibilidade para se relacionarem com “(...) uma população com características próprias, como seja a das crianças ou a dos idosos” (ent. n.º 1). As características enunciadas, à semelhança do referido na parte teórica deste relatório, encontram-se entre algumas das mais apropriadas na seleção dos militares para este tipo de serviço.

**c) A formação dos militares.** Os militares da SPE tiveram, recentemente, durante o ano de 2012, uma formação designada de “Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social”, nunca tendo obtido outra até ao momento. Os entrevistados na resposta à questão n.º 8 referem a falta de formação específica para lidar com os idosos, providenciada por entidades que desenvolvam estudos nessas áreas, como é o caso da APAV.

**d) O envolvimento do restante efetivo.** A resposta obtida à questão n.º 11 mostra-nos que não existe um verdadeiro envolvimento de todo o efetivo, uma vez que se notam a incompreensão e o desconhecimento, por parte dos outros militares, acerca do serviço que é realizado pelos programas especiais, que o consideram de menor exigência e com melhor horário. A solução, tal como resulta da parte teórica e é deixado transparecer pelo discurso dos entrevistados, passa por habilitar os militares não afetos ao programa, com a formação necessária que os esclareça sobre o que são os programas especiais, quais os seus objetivos, bem como o trabalho que estes exigem que se desenvolva.

**e) A afetação exclusiva dos militares a este tipo de serviço.** A análise à resposta da questão n.º 10 mostrou-nos que os militares não se dedicam exclusivamente aos programas especiais. Aliás, aqueles intervêm em operações desenvolvidas de acordo com o “Plano de Atividade Operacional” e em outras operações de grandes visibilidade e destaque, como o policiamento da Concentração *Motard* em Faro, da Semana Académica e da Feira da Serra em São Brás de Alportel.

Em função dos aspetos enunciados, consideramos a hipótese refutada.

**“H5 — O perfil da vítima quanto ao género caracteriza-se por ser mulher”.**

Esta hipótese é considerada por nós refutada. Tal constatação vem contrariar o evidenciado

na revisão da literatura de acordo com os dados provenientes de entidades que prestam apoio à vítima. A acrescentar, existe ainda o facto de a população idosa feminina ser consideravelmente superior à masculina. Não obstante, verificamos, pela análise da fig. n.º 6, que os homens são os mais vitimados, algo que sucede em 63% dos casos que tiveram lugar ao longo do triénio. Quando analisamos separadamente cada um dos anos, aferimos que também aí o homem mantém superioridade numérica.

**“H6 — O perfil da vítima quanto ao estado civil caracteriza-se por ser casado(a)”**. Analisada atentamente a fig. n.º 7, fica claro que as vítimas, ao longo dos 3 anos, eram maioritariamente do estado civil casado(a) (56% dos crimes). Quando cruzamos a variável do género com a do estado civil, concluímos que 67,79% dos homens referidos na hipótese anterior eram também casados (fig. n.º 8). A hipótese acima referida é, deste modo, face aos factos constatados, validada.

**“H7 — O crime mais frequente é a violência doméstica”**. A hipótese considerada é refutada pelos dados obtidos. Ainda que a APAV defenda que 76,7% dos crimes, a nível nacional, que afetam os idosos são de violência doméstica, os resultados do nosso estudo são diametralmente opostos, com um único crime deste tipo ao longo dos três últimos anos (fig. n.º 11). O furto é o crime predominante em 66% dos casos. Aprofundando esta hipótese, surge-nos ainda o furto em interior de residência como aquele que assume maiores proporções (52%) (fig. n.º 12).

**“H8 — Os portugueses são, proporcionalmente, mais afetados pelo crime que a comunidade estrangeira residente”**. Esta hipótese é, por nós, totalmente refutada. A comunidade emigrante representa apenas 10% (caracterização sócio-demográfica do concelho) da população residente; contudo, a percentagem de estrangeiros afetados pelo crime é de 21%. Destes, a sua maioria (11%) são de proveniência inglesa (fig. n.º 9). Conseguimos, ainda, apurar que, relativamente ao crime apontado como mais frequente, o furto em interior de residência, a percentagem de estrangeiros afetados sobe para 47% (fig. n.º 14), o que nos leva a crer que tal poderá ficar a dever-se, tal como consta na caracterização sócio-demográfica do concelho, a uma procura pelos estrangeiros de casas com valores consideravelmente superiores àquilo que o poder de compra, da média, dos portugueses permite.

**“H9 — Existem fatores que nos sugerem estarmos na presença do fenômeno de vitimação”.** Esta hipótese é validada. Quando entrevistadas as várias entidades (resposta à questão n.º 14), consideraram, sem exceção, a existência de crimes referentes a idosos que não são, no entanto, divulgados. Entre as razões apontadas, salientamos a situação financeira da vítima, que julga normalmente que a denúncia tem custos associados (resposta à questão n.º 16), a dependência económica e de cuidados da vítima em relação ao agressor, a vergonha sentida, a intenção de não prejudicar os familiares ou a ausência de qualquer esperança em reconstruir uma nova vida quando a idade já é avançada. Além disto, existem aqueles que, simplesmente, não se querem incomodar e os que chegam ao extremo de pensar que são culpados pelo sofrimento que vivem (resposta à questão n.º 15).

## **ii. Reflexões finais e recomendações**

Ser idoso é um enorme desafio nos tempos que correm. As sociedades industrializadas, onde o frenesim desmedido por manter a perenidade da juventude é elevado ao expoente máximo, tende a afastar os *velhos* das atenções, renegando-os à solidão e ao silêncio. Acautelar que possam terminar os seus dias com alguma dignidade e em segurança, leva-nos a debruçar-nos sobre a questão: **“Quais os problemas que afetam a segurança dos idosos no concelho e que respostas têm sido dadas para os solucionar?”** Rapidamente, verificamos que as dificuldades existentes não são muito diferentes daquelas que surgem normalmente associadas ao avançar natural da idade, como o aparecimento de problemas de saúde e debilidade motora, que os tornam incapazes de cuidar de si próprios, entregando o seu destino à mercê de outrem. Outras estão associadas às magras reformas, incapazes de suportar os custos exorbitantes de um lar privado, o único que no concelho ainda tem vagas disponíveis. Mas encontramos, também, uma das mais cruéis mudanças sociais do último século: associado ao progresso e à redução da família à unidade conjugal, surge o abandono por parte daqueles que um dia lhes foram mais próximos. E quando julgávamos que as situações mais preocupantes eram as das pessoas que viviam na serra, em locais ermos e de difícil acesso, somos surpreendidos por uma massa idosa vulnerável, a viver no meio da azáfama da vila, a apenas alguns escassos minutos do PTer. No seio das relações frias, características do meio citadino, os laços de solidariedade com o vizinho, que trabalha fora durante o dia e que quando chega à noite se fecha em casa, tornaram-se uma memória de outros tempos. O envolvimento das pessoas

na sua segurança, quando estas colocam essa responsabilidade sobre os ombros das autoridades, é ainda apenas um vislumbre. Todavia, não é humanamente possível à Guarda ter um militar a cada esquina, 24 horas por dia. Associado a este problema, existe ainda a criminalidade, mas a este ponto regressaremos mais adiante. Assim, perante a dificuldade em tomar conta de um problema tão complexo, a GNR, numa dinâmica de “sinalização — encaminhamento”, tem vindo a tecer uma rede de entidades locais que estão na linha da frente da resposta ao problema.

Perante o enorme esforço despendido para solucionar o problema, revela-se imperativo garantir que estão reunidas as condições propícias para que o seu sucesso não possa ser arredado, garantindo que **“existe um clima favorável à correta implementação do Apoio 65 — Idosos em Segurança, a nível institucional”**. Quando olhamos para o interior da instituição, notamos a existência de uma criteriosa seleção, em que recai a escolha dos militares, que devem possuir uma especial sensibilidade para se relacionarem com uma população com características próprias. Sob o princípio “máxima liberdade, máxima responsabilidade”, estes profissionais planeiam e ajustam o seu trabalho às necessidades daquela população. Ressalva-se ainda, que a execução do serviço dos programas especiais não parece contar com o apoio dos militares afetos a outros serviços, fruto do desconhecimento e da incompreensão do trabalho que ali é feito. Quando no terreno, os homens do NIS *dão de caras* com um problema, apercebem-se das dificuldades inerentes à falta de formação adequada para lidar com este grupo específico da população, sugerindo que tal lacuna possa ser colmatada através de um contacto com instituições como a APAV, à semelhança do que já sucedera noutros locais.

A escassez de efetivos é uma realidade evidente, quer quando os militares da SPE têm de integrar outras operações do DTer, quer quando os militares do PTer de São Brás de Alportel se veem na necessidade de desenvolver um policiamento de proximidade, visitando os idosos que lhe estão atribuídos. Contudo, a não afetação em exclusividade a este tipo de serviço poderá acarretar dificuldades, inerentes à colocação sobre o mesmo militar da responsabilidade de reprimir e, simultaneamente, conquistar a confiança do cidadão e a proximidade, tarefas que são, na sua essência, de muito difícil conciliação. Ressalvamos, no entanto, que, apesar destas limitações, devemos sublinhar que a forma como o policiamento está organizado em São Brás de Alportel constitui para nós, uma excelente lição, que nos mostra como é possível *habilidosamente* articular uma força, de forma a conseguir suplantar as suas próprias carências. É certo que, no seu dia-a-dia, os

idosos não têm dois militares do NIS que olhem pela sua segurança, mas têm todo o efetivo de um posto empenhado em fazê-lo.

No sentido de ajudar a perceber a real dimensão do “problema” que afeta os idosos, parece-nos fundamental responder à questão: **“Como se caracteriza a criminalidade contra a população idosa?”** A vítima retratada no nosso estudo emerge como sendo vulgarmente um homem casado. Mas mais pertinente que a determinação do seu perfil, é o crime que a afeta, pois só este dado nos permitirá verdadeiramente direcionar o policiamento para a sua prevenção. As campanhas de sensibilização têm estado até ao momento centradas na prevenção da burla, por se tratar de um tipo de crime a que os idosos estão mais vulneráveis pela sua dificuldade em compreender muitos dos mecanismos sociais. É também certo que os programas de policiamento de proximidade, na sua génese, procuram dar resposta aos problemas concretos de um determinado local e, em São Brás de Alportel, as burlas não são decerto o crime que mais afeta aqueles. Curiosamente, as pessoas estão mais vulneráveis no lugar em que se sentem mais seguras, ou seja no interior do seu próprio lar. Mostra-se de todo importante reorientar as campanhas de sensibilização. Não se deverá, de forma alguma, acabar com a prevenção de burlas, mas deve-se incidir maioritariamente sobre os cuidados e os conselhos a adotar quanto à segurança em casa. Dada a ligação que existe entre este crime e o trabalho desempenhado pelo NRS, é fundamental que exista uma estreita partilha de informação entre os militares do PTer e os militares desse núcleo, para os quais essa poderá ser da maior utilidade a fim de bem direcionarem o seu policiamento.

Questionadas as diferentes entidades acerca dos dados da criminalidade por nós recolhidos, todas nos forneceram vários indícios ou casos em concreto de pessoas vítimas de crimes que nunca foram denunciados à Guarda. Assim, deixamos, como recomendação futura, a realização de um *inquérito de vitimação à população idosa do concelho*, o que seria bastante interessante, útil e pertinente para perceber o silêncio do idoso aquando da existência de condutas que colocam em causa a sua segurança.

### **iii. Limitações**

Devemos apenas referir, que devido à limitação do número de páginas, não nos foi possível apresentar o conteúdo de cada uma das entrevistas conduzidas, o que poderia ser de interesse para um leitor que pretenda conhecer em pormenor o trabalho desenvolvido.

## Referências bibliográficas

### i. Metodologia Científica

Academia Militar (2011). *NEP n.º 520/DE, de 30 de junho*.

Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo* (4.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Edições 70.

Bell, J. (2010). *Como realizar um projecto de investigação*. (5.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Gradiva.

Carmo, H. (2011). *Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem* (2.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Universidade Aberta.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Almedina.

Eco, U. (2010). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas* (16.<sup>a</sup> Ed.). Barcarena: Editorial Proença.

Guerra, I. (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso* (1.<sup>a</sup> Ed.). Cascais: Princípa.

Quivy, R., e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Gradiva.

Sarmiento, M. (2008). *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada* (2.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Sousa, M., e Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios - segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

### ii. Livros e Artigos

Adam, C. (2008). *Auswirkungen der demographischen alterung auf die öffentliche infrastruktur: eine geographische untersuchung neuer rahmenbedingungen*,

- veränderter problemstellungen und möglicher Lösungsansätze*. Saarbrücken: Vdm Verlag Dr. Müller.
- Alves, A. (2008). *Em busca de uma sociologia de polícia*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Alves, J. (2008). *A transição demográfica e a janela de oportunidade*. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.
- Antunes, M. (2011). *Código Penal* (18.ª Ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Ashford, L., Haub, C., Kent, M., e Yinger, N. (março de 2004). Transitions in world population. *Population Bulletin*, 59,3-40.
- Barreto, A. (2003). *Novos retratos do meu país*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- Borg, P., Buchow, H., Cayotte, E., Fuente, A., Norre, B., Hanney-Labastille, G. (2011). *Active ageing and solidarity between generations - A statistical portrait of the European Union 2012*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Caetano, M. (2008). *Manual de Direito Administrativo* (10.ª Ed., Vol. II). Coimbra: Almedina.
- Camões, L. (2002). *Sonetos de Luís de Camões*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Canotilho, J., e Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa anotada* (4.ª Ed., Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Carrilho, M., e Patrício, L. (2010). A situação demográfica recente em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 48, 101-38.
- Chaveca, S. (2005). *Memórias do povo Sambrasense*. Boliqueime: Centro de Impressão Coraze.
- CMSBA (1994). *Conhecer S. Brás de Alportel*. São Brás de Alportel: Centro de apoio à Juventude.
- Copeto, R. (2011 a). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Segurança e Defesa*, 16, 48-54.
- Copeto, R. (2011 b). *O Papel das forças de segurança no sistema de protecção de crianças e jovens em perigo*, *Dissertação de mestrado em Direito e Segurança*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Costa, J. (2007). *O idoso e o crime - prevenção e segurança*. Lisboa: Edições Colibri.
- Costa, P. (2002). *A resposta policial ao sentimento de insegurança dos idosos - O programa "Apoio 65 — Idosos em Segurança"*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

- Cutler, D. e Meara, E. (2004). *Changes in the age distribution of mortality over the twentieth century*. Chicago: David A. Wise, editor.
- Dias, M. (1998). Limites à actuação das forças e serviços de segurança. In *Direitos Humanos e eficácia policial* (pp. 205-214). Lisboa: Inspeção Geral da Administração Interna.
- Dias, M. (2001). *Liberdade, cidadania e segurança*. Coimbra: Almedina.
- Durão, S. (2008). *Patrulha e proximidade, uma etnografia da polícia de Lisboa*. Coimbra: Almedina.
- Fontes, J. (2010). *Teoria geral do Estado e do Direito* (3.<sup>a</sup> Ed.). Coimbra Editora.
- Giddens, A. (2009). *Sociologia* (7.<sup>a</sup> Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian.
- Goldin, C. (Setembro de 1991). The role of World War II in the rise of women's employment. *The American economic review*, 81, 741-756.
- Instituto Nacional de Estatística. (2001). *Censos - Resultados definitivos. Região Algarve - 2001*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Censos 2011 - Resultados provisórios*. Lisboa: INE.
- Kaa, D. (2002). The idea of a second demographic transition in industrialized countries. *The sixth welfare policy seminar* (pp. 1-34). Tokyo: National Institute of Population and Social Security.
- Kirk, D. (1996). Demographic transition theory. *Population studies*. Vol. 50, 3, 361-387.
- Leitão, J. (1999). Causas da proximidade policial I. *Revista da Polícia Portuguesa*, 119, 9-13.
- Machado, P. (2007). *Metrópoles seguras, bases para uma intervenção multisectorial nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto*. Lisboa: LNEC.
- Ministério da Administração Interna. (1999 a). *Parcerias e mediação: policiamento de proximidade: textos de apoio A: GNR-PSP*. Lisboa: MAI.
- Ministério da Administração Interna. (1999 b). *Programa integrado de policiamento de proximidade - Programa apoio 65— Idosos em Segurança - Manual de apoio*. Lisboa: MAI.
- Moleirinho, P. (2009). *Da polícia de proximidade ao policiamento orientado pelas informações, Dissertação de mestrado em Direito e Segurança*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Nunes, C. (2005). O papel dos poderes públicos e da sociedade civil. *Seminário cidadania e discriminação* (pp. 63-66). Porto: ACIME.

- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de Policiamento - A emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, M. (2010). *Manual Títono - Para o atendimento de pessoas idosas vítimas de crime e de violência*. Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.
- Peixoto, M. (2010). *A imagem da Guarda Nacional Republicana na comunidade escolar, Dissertação de Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança*. Lisboa: Academia Militar.
- Simão, J. (2009). *Policiamento de Proximidade. Papel renovado da polícia na prevenção criminal - Estudo de caso do projecto "Apoio 65 — Idosos em Segurança" na zona intramuros de Elvas*. Lisboa: ISCPSI.
- Teixeira, N. (2002). *Contributos para a política de segurança interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Teixeira, N. (2006). *Estudo para a reforma do modelo de organização do sistema de segurança interna, relatório final - Modelos e cenários*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa.
- Torres, A. (1996). *Divórcio em Portugal – ditos e interditos*. Oeiras: Celta.
- Vigarello, G. (2004). *Le propre et le sale ; L'hygiene du corps depuis le moyen age*. Paris: Seuil.
- Walle, É. (1986). La fécondité française au XIXe siècle. *Communications*, 44, 35-45.

### iii. Artigos Online

- Almeida, M. , e Alão, A. (2008). *Os inquiridos de vitimação do gabinete de estudos e planeamento do Ministério da Justiça*. Retirado: junho, 2, 2012, de [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR49253f37e581c\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR49253f37e581c_1.pdf).
- Alves, C. (2012). *Plano de Actividades 2012*. Retirado: junho, 22, 2012, de <http://www.gnr.pt/documentos/InstGestao/PlanoActividades2012.pdf>.
- APAV. (2010). *Estatísticas - Pessoas idosas vítimas de Crime*. Retirado: janeiro, 26, 2012, de [http://www.apav.pt/portal/pdf/Estatisticas\\_Pessoas\\_idosas\\_vitimas\\_crime\\_2000-2009.pdf](http://www.apav.pt/portal/pdf/Estatisticas_Pessoas_idosas_vitimas_crime_2000-2009.pdf).
- APAV. (2011a). *Pessoas idosas vítimas de crime 2000 - 2010*. Retirado: abril, 23, 2012, de [http://apav.pt/apav\\_v2/index.php/estatisticas/estatisticas](http://apav.pt/apav_v2/index.php/estatisticas/estatisticas).

- APAV. (2011b). *Pessoas idosas vítimas de crime e de violência - Estatísticas APAV 2010*. Retirado: abril, 23, 2012, de [http://apav.pt/apav\\_v2/index.php/estatisticas/estatisticas](http://apav.pt/apav_v2/index.php/estatisticas/estatisticas).
- CIA. (2012). *The World factbook - Life expectancy at birth*. Retirado: abril, 12, 2012, de: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2102rank.html>.
- CMSBA. (2006). *Diagnóstico social*. Retirado: fevereiro, 14, 2012, de <http://www.cmsbras.pt/NR/rdonlyres/E24B675E-75E0-4CE5-910F-F0CB16286C7B/0/diagnostico.pdf>.
- CMSBA. (2005). *Pré-diagnóstico social*. Retirado: fevereiro, 14, 2012, de [http://www.cmsbras.pt/NR/rdonlyres/A92145E6-09AB-4DA1-A04E-2FFD5D4CB5F1/0/Prediagnostico\\_social\\_SBA.pdf](http://www.cmsbras.pt/NR/rdonlyres/A92145E6-09AB-4DA1-A04E-2FFD5D4CB5F1/0/Prediagnostico_social_SBA.pdf).
- Dias, A. (2008). *Organizações e meio envolvente: o caso do "Policiamento de Proximidade"*. Retirado: abril, 14, 2012, de <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/659.pdf>.
- EURES. (2012). *Informações sobre o mercado de trabalho*. Retirado: maio, 29, 2012, de <http://ec.europa.eu/eures/main.jsp?acro=Imi&lang=pt&parentId=0&countryId=PT>.
- Filho, J., e Bagnara, I. C. (2011). *Doenças cardiovasculares e atividade física*. Retirado: abril, 18, 2012, de <http://www.efdeportes.com/efd154/doencas-cardiovasculares-e-atividade-fisica.htm>.
- GNR. (2012 a). *"Censos Sénior" – Resultados*. Retirado: junho, 10, 2012, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=tnov0r6r\\_vz24r05n/016vpvn5/a16vpvn5\\_qr5p4vpnl&fonte=noticias&id=720](http://www.gnr.pt/default.asp?do=tnov0r6r_vz24r05n/016vpvn5/a16vpvn5_qr5p4vpnl&fonte=noticias&id=720).
- GNR. (2012 b). *Programa "Apoio 65 — Idosos em Segurança"*. Retirado: maio, 15, 2012, de [http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5\\_r52rpvnv5/vq1515\\_5rt74n0pn](http://www.gnr.pt/default.asp?do=241t4nzn5_r52rpvnv5/vq1515_5rt74n0pn).
- INE. (2012 a). *Censos 2011 – Resultados pré-definitivos*. Retirado: maio, 05, 2012, de [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaque&DESTAQUESdest\\_boui=134582847&DESTAQUESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaque&DESTAQUESdest_boui=134582847&DESTAQUESmodo=2).
- INE. (2012 b). *Conceitos estatísticos*. Retirado: janeiro, 14, 2012, de [http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Detail.aspx?cnc\\_cod=5544&cnc\\_ini=04-07-2005](http://metaweb.ine.pt/sim/conceitos/Detail.aspx?cnc_cod=5544&cnc_ini=04-07-2005).
- Kinsella, K., e He, W. (2009). *An aging world: 2008*. Retirado: janeiro, 28, 2012, de <http://www.census.gov/prod/2009pubs/p95-09-1.pdf>.
- Niederlaender, E. (2006). *Die todesursachen in der EU*. Retirado: fevereiro, 12, 2012, de Eurostat: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-NK-06-010/DE/KS-NK-06-010-DE.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-NK-06-010/DE/KS-NK-06-010-DE.PDF).

- Santos, J. (2010). *Introdução às Ciências Sociais*. Retirado: maio, 26, 2012, de <http://intranet.academiamilitar.pt/course/view.php?id=142>.
- Scharf, T., Meer, M., Thissen, F., e Melchiorre, M. (2009). *Contextualising adult well-being in Europe*. Retirado: maio, 30, 2012, de <http://esaw.bangor.ac.uk/cultural%20final%20report.pdf>.
- Sethi, D., Wood, S., Mitis, F., Bellis, M., Penhale, B., Marmolejo, I., Kärki, F. (2011). *European report on preventing elder maltreatment*. Retirado: novembro, 17, 2011, de [http://www.euro.who.int/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0010/144676/e95110.pdf](http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0010/144676/e95110.pdf).
- Szreter, S. (1986, Agosto). *Nineteenth century population*. Retirado: abril, 14, 2012, de <http://www.cepr.org/pubs/bulletin/dps/dp121.htm>.
- Silva, N. (2010). *Cidadania e segurança: Uma análise prospectiva*. Retirado: maio, 12, 2012, de [http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD\\_4H\\_texto\\_pdf\\_nuno\\_parreira\\_silva.pdf](http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_4H_texto_pdf_nuno_parreira_silva.pdf).
- Virtual. (2012) *São Brás de Alportel*. Retirado: dezembro, 13, 2011, de [http://www.portugalvirtual.pt/\\_tourism/algarve/sao.bras.alportel/index.html](http://www.portugalvirtual.pt/_tourism/algarve/sao.bras.alportel/index.html).
- WHO. (2011). *Global health and aging*. Retirado: novembro, 11, 2011, de [http://www.who.int/ageing/publications/global\\_health.pdf](http://www.who.int/ageing/publications/global_health.pdf).

#### **iv. Diplomas Legais**

- Assembleia da República. (1982). *Lei Constitucional n.º 1/82, de 30 de setembro* (1.ª Revisão da Constituição da República Portuguesa). Diário da República, 1.ª Série, n.º 227.
- Assembleia da República. (2000). *Lei n.º 3-A/2000, 4 de abril* (Grandes Opções do Plano para 2000). Diário da República, 1.ª Série-A, n.º 80.
- Assembleia da República. (2005). *Lei Constitucional n.º 1/2005* (7.ª Revisão da Constituição da República Portuguesa). Diário da República, 1.ª Série - A, n.º 155.
- Assembleia da República. (2007). *Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro* (Aprova a Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana). Diário da República, 1.ª Série, n.º 213.
- Assembleia da República. (2008). *Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto* (Lei de Segurança Interna). Diário da República, 1.ª Série, n.º 213.

- Assembleia da República. (2009). *Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro* (Estabelece o regime aplicável à violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas). Diário da República, 1.ª Série, n.º 180.
- Governo. (2008). *Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro* (Organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva). Diário da República, 1.ª Série, n.º 242.
- Guarda Nacional Republicana. (2008). *Diretiva 06/2.º CG/2008, 19 de dezembro* (Implementação dos Órgãos Superiores de Comando e Direção da GNR).
- Guarda Nacional Republicana. (2009). *Despacho n.º 53/09-OG, de 15 de março* (Comandos Territoriais).
- Guarda Nacional Republicana. (2011). *NEP n.º 3.58 GNR/CO/DO, de 6 de abril* (Regulamentação dos programas especiais de policiamento de proximidade da GNR).
- Guarda Nacional Republicana. (2012). *Diretiva Operacional n.º 01/12, de 2 de janeiro* (Operação Censos Sénior 2012).
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro*.

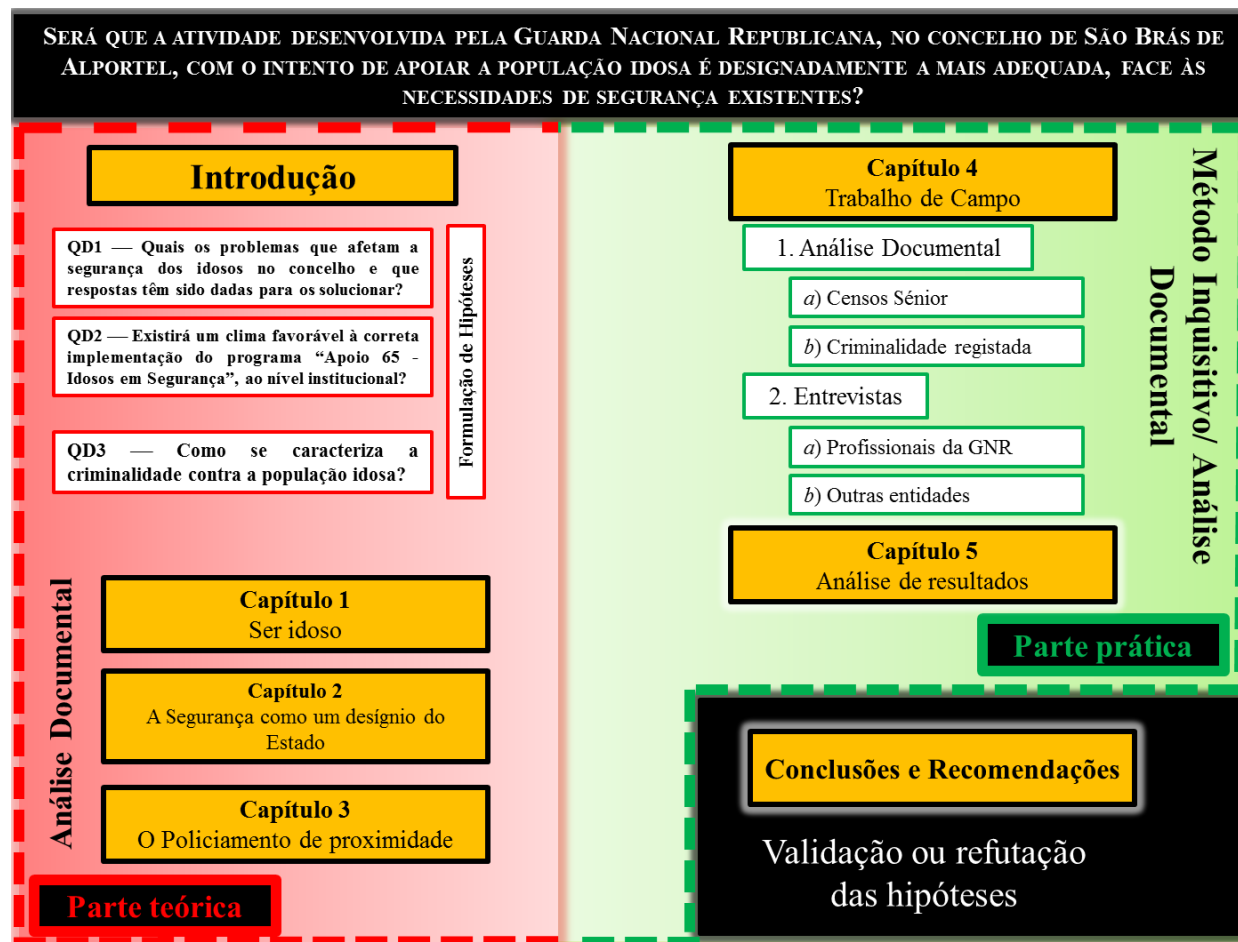
#### **v. Outros**

- Arêde, Sofia (2010). *Grande Reportagem SIC - Este País Não é Para Velhos* [Filme].
- Direcção-Geral da Política de Justiça. (2011). *Manual de preenchimento - Modelo 262/DGPJMJ/DSEJI - Crimes registados 2011*. DGPI
- Silva, J. (2010). *Grande reportagem SIC - Este país não é para velhos* [Filme].
- Títano. (3 e 4 de maio de 2012). *Pessoas idosas vítimas de crime e de violência*. Formação APAV. Albufeira.

## **Apêndices**

## Apêndice A

### Resumo da investigação



**Apêndice B**  
**Carta de apresentação**

**ACADEMIA MILITAR**



**RELATÓRIO CIENTÍFICO FINAL DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO  
APLICADA**

**“A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA NO APOIO AO IDOSO NO  
CONCELHO DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL”**

**Carta de apresentação**

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada que estamos a realizar, subordinado ao tema “A Guarda Nacional Republicana no apoio ao idoso no concelho de São Brás de Alportel”, temos como objetivo compreender o trabalho que a Guarda desenvolve para apoiar esta faixa etária ao nível da segurança.

É assim de todo importante obter o testemunho dos profissionais que no seu dia-a-dia desenvolvem a sua atividade em prol da Segurança, e que se confrontam no terreno com as mais variadas dificuldades, para as quais continuamente procuram da forma mais adequada conceber soluções para as ultrapassar.

Desta forma solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que me conceda esta entrevista como forma de valorização do trabalho que estou a desenvolver. E caso me conceda esta entrevista, e por forma a garantir os interesses de V. Ex.<sup>a</sup>, colocarei à sua disposição os dados resultantes da análise e da própria entrevista antes da exposição pública do trabalho.

Gratos pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Aspirante de Inf GNR Marco Vitória Barreiros

## **Apêndice C**

### **Guiões das entrevistas**

#### **Guião n.º 1 — Comandante do Destacamento Territorial de Faro.**

1. Relativamente à SPE, qual é a forma como esta se encontra implementada no DTer de Faro?
2. Os militares que fazem parte da SPE estão apenas adstritos aos programas especiais ou também integram outras escalas?
3. Quanto aos meios humanos e materiais, que possui para este tipo de serviço, considera que são suficientes para o que é exigido na atividade diária?
4. O fato de a SPE estar sediada em Faro, pode levar a que esta se empenhe maioritariamente neste concelho ou responde de igual forma às necessidades dos postos de Faro, Olhão e São Brás de Alportel?
5. As ações que têm realizado neste âmbito, são iniciativa do Destacamento, ou realizadas mediante diretiva proveniente da Repartição de Programas Especiais, sediada no CG?
6. Como é feita a escolha dos militares para integrar as SPE? Que características devem ter?
7. Qual é a autonomia que é concedida aos militares da SPE para planearem e desenvolverem as suas tarefas?
8. Quais são as atividades que têm sido feitas ao abrigo do programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” em São Brás de Alportel?
9. Com que frequência são efetuadas ações de sensibilização?
10. No respeitante aos militares responsáveis pelo programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”, existe algum telefone de contacto disponibilizado, que os idosos podem utilizar para contactar os militares dos programas especiais se necessário, em vez de ligarem para o posto?
11. Os militares que integram a SPE têm algum tipo de formação específica?
12. Sente que existe necessidade de formação adicional em alguma área?
13. Os panfletos, informação dada às pessoas idosas é feita e pensada ao nível da Repartição de Programas Especiais da Guarda ou parte da iniciativa dos próprios militares?

14. Que parcerias são estabelecidas com outras entidades no âmbito da segurança dos idosos?

15. Ainda que de forma informal, com que outras entidades existe cooperação neste âmbito?

**Guião n.º 2 — Comandante do Posto Territorial de São Brás de Alportel.**

1. Como está organizado o efetivo policial no Pter de São Brás de Alportel?

2. Quais considera serem os principais problemas que os idosos, aqui no concelho, atravessam ao nível social e ao nível de segurança?

3. Antes de ter sido realizada a operação “Censos Sénior 2012” existia, já, no Posto um registo dos idosos que vivem isolados. O que o levou a fazer tal registo?

4. Quer isto dizer que quando foram feitos os últimos censos já tinha toda a informação necessária?

5. Quanto idosos se encontram registados, no levantamento efetuado?

6. Como é desenvolvido o patrulhamento para fazer face aos idosos que vivem isolados?

7. Na sua opinião considera que as pessoas têm conhecimento dos custos associados a uma denúncia? Ou que este pode também ser um facto determinante para não apresentarem queixa?

**Guião n.º 3 — Militares afetos ao Núcleo Residência Segura.**

1. Em que serviço se encontrava antes de fazer parte da SPE? E quando começou a desempenhar funções na secção?

2. O que o motivou a integrar a secção?

3. Entende que existe, por vezes, uma incompreensão por parte de outros militares que não conhecem este tipo de trabalho associado aos programas especiais, considerando que esta não é a verdadeira essência do serviço policial, normalmente associado à ideia de combate ao crime?

4. Quais considera serem os principais problemas que os idosos, aqui no concelho, atravessam ao nível social e ao nível de segurança?

5. Quais as principais dificuldades que sente no seu dia?

6. Em que tipo de ações direcionadas para os idosos esteve envolvido ao longo dos últimos 3 anos, nomeadamente em São Brás de Alportel.
7. Considera que seria importante ter informação adicional no que respeita ao programa “Apoio 65 — Idoso em Segurança”?
8. Da sua experiência lembra-se de algum episódio com idosos que o tenha marcado em especial?
9. O que retratam as campanhas de sensibilização orientadas para os idosos?
10. Na sua opinião, considera que as pessoas idosas têm conhecimento dos custos associados a uma denúncia ou tal poderá ser um fator determinante para aqueles não apresentarem denúncia?

#### **Guião n.º 4 — Entidades externas à Guarda**

1. Quais considera serem os principais problemas que os idosos, aqui no concelho, atravessam ao nível social e ao nível de segurança?
2. Ao longo da atividade que desenvolvem diariamente, tem existido alguma cooperação com a GNR? Se sim, como a caracteriza?
3. Que iniciativas têm sido levadas a cabo no sentido de combater os problemas desta faixa etária, como sejam o seu isolamento, a sua exclusão social, ou ainda o seu sentimento de insegurança?
4. A análise da criminalidade de São Brás de Alportel mostra-nos que, ao longo destes últimos 3 anos, apenas foi registado um único crime de violência doméstica, quando, segundo relatório da APAV dos últimos 10 anos, 76,7% dos crimes contra idosos foram de violência doméstica. Considera que este poderá ser um crime que afeta os idosos no concelho, mas que por razões de variada ordem, não é denunciado?
5. Quais as razões que podem levar a que os idosos escondam este tipo de crimes?
6. Na sua opinião, considera que as pessoas têm conhecimento dos custos associados a uma denúncia?

#### **Guião n.º 5 — Questões específicas do entrevistado n.º 10**

1. Segundo os dados que recolhi acerca do Lar, em 2005 tinha capacidade para 88 idosos mas apenas tinha 31 idosos alojados. Qual a situação neste momento?

## Apêndice D

### Grelhas de análise de conteúdo

Ao longo deste apêndice podem-se conferir os aspetos que das respostas obtidas, às várias questões das entrevistas, são considerados mais importantes pelo Autor.

Questão n.º 1 — Quais considera serem os principais problemas que os idosos, aqui no concelho, atravessam ao nível social e ao nível de segurança?

**Quadro n.º 1 — Resposta à questão n.º 1**

Ent.	Ideias Importantes
2	— “(...) o principal problema é o afastamento da família, deixam de se interessar pelo idoso (...)”. — “(...) o idoso se isola muito, especialmente aqueles que vivem na vila, não tem ocupação, levando por vezes a que fiquem mais isolados do que aqueles que residem na serra. Os que trabalham fora, também quando chega à noite fecham-se em casa”.
3	— “(...) o principal problema é o isolamento”. — “(...) existe também o aspeto económico, muitos deles recebem baixas pensões, algo que se agrava com a crise (...)”.
4	— “(...) o isolamento e abandono”.
5	— “o isolamento (...) existem filhos que quando vão de férias chegam ao extremo de abandonar os pais no Hospital Distrital de Faro”. — “(...) a família foi reduzida à unidade conjugal, e os filhos tendem a afastar a responsabilidade de cuidar dos idosos (...)”.
6	— “(...) ao nível da saúde. O centro de saúde já não tem serviço de urgências e os médicos de família são poucos (...) apenas existe um psicólogo para 11000 habitantes e que vai uma vez por semana ao centro de saúde, o que é manifestamente reduzido”. — “(...) existem mais situações de isolamento aqui na própria vila, do que entre as pessoas que vivem na serra”.
7	— “(...) isolamento (...)”. — “(...) carências económicas e (...) tratamentos que necessitam de ser feitos”. — “Antigamente, existia uma vizinhança, uma solidariedade entre as pessoas, em que o vizinho era um elo muito importante, sabia o que se passa e podia detetar e denunciar. E acho que isso se perdeu um pouco.”
8	— “(...) maior problema (...) é mesmo o isolamento social e geográfico”. — “Muitos (...) não têm família, vivem sozinhos (...)”. — “a nossa presença é pontual (...) durante o dia (...), contudo à noite estão completamente sozinhos”. — “(...) com o apagão do sinal analógico, já nem têm televisão”. — “Há medida que os idosos vão falecendo, esta zona tende a ficar ainda mais deserta (...)”.
9	— “(...) temos familiares que são atentos (...) outros que apenas vêm cá para não parecer mal”. — “(...) idosos que devido a demências ou a doenças já não reconhecem os próprios filhos”.
10	— “(...) aqui (...) existem muitos idosos votados ao abandono”. — “(...) idosos aqui em São Brás de Alportel a precisar de cuidados de um lar, mas não têm condições financeiras para pagar o mesmo (...) valores que rondam os 1000 euros por pessoa, isto é, caso não tenha nenhum problema de saúde”.

Questão n.º 2 — Quais são as atividades que têm sido feitas ao abrigo do programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” em São Brás de Alportel?

**Quadro n.º 2 — Resposta à questão n.º 2**

Ent.	Ideias Importantes
1	<p>— “(...) visitas aos idosos de acordo com a informação sobre os casos de maior vulnerabilidade”.</p> <p>— “Os militares da residência segura (...) periodicamente, em parcerias com a Junta de Freguesia, autarquia e DECO, realizam ações de sensibilização (...)”.</p> <p>— “(...) a operação <i>Censos Sénior</i> tem sido levada a cabo pelos militares do Posto” Territorial de São Brás de Alportel pois são esses os militares que no dia-a-dia estabelecem maior contacto com aqueles idosos”.</p>
2	— “(...) várias ações de sensibilização (...) em igrejas (...) juntas de Freguesia”.
3	— “(...) ações de sensibilização”.

Questão n.º 3 — Que iniciativas têm sido levadas a cabo no sentido de combater os problemas desta faixa etária, como sejam o seu isolamento, a sua exclusão social, ou ainda o seu sentimento de insegurança?

**Quadro n.º 3 — Resposta à questão n.º 3**

Ent.	Ideias Importantes
5	<p>— “(...)várias ações de sensibilização (...)”.</p> <p>— “(...) atividades às quais chamamos <i>segurança na comunidade</i>, e cujo objetivo principal é tratar as áreas que nos parecem mais sensíveis. A primeira delas foi exatamente a questão dos idosos, a pensar no mais isolados, nos que vivem sozinhos e em áreas mais distantes da vila”.</p> <p>— “(...) criámos um folheto no qual contámos com o apoio da GNR”.</p> <p>— “(...) ações de divulgação orientadas para os idosos, nos vários sítios do concelho. A serra é o lugar onde (...) nós vamos mais assiduamente”.</p>
6	<p>— “Para ajudar a combater o isolamento e para que as pessoas se sintam mais integradas, todas as quartas-feiras um autocarro vai à área serrana e recolhe os idosos que pretendam vir à vila (...) passam cá o dia e no final o autocarro leva-os novamente para casa”.</p> <p>— “(...) criada à 3 anos a <i>Universidade Sénior</i> (...) é também um excelente meio para transmitir uma mensagem (...) permite aos idosos estarem envolvidos em atividades, passar o tempo e combater o isolamento”.</p> <p>— “Até ao final do ano, na serra, no sítio dos Parizes vamos abrir um centro de convívio, onde será feita a higiene aos idosos que estão dependentes e será também um espaço onde contamos com a GNR para ajudar nas ações de sensibilização”.</p> <p>— “No centro de apoio à comunidade temos o gabinete de apoio ao idoso (...)”.</p>
7	<p>— “No sentido de evitar a exclusão social dos idosos, nós desenvolvemos dois programas: o programa <i>seniores em movimento</i> que fomenta a prática da educação física (...) um segundo programa designado <i>coração ativo</i> (...)”.</p> <p>— “(...) de forma não oficial, fazemos semanalmente muitas visitas a casos que são detetados”.</p> <p>— “E sempre que é detetado um novo caso, nós reunimos um grupo constituído por várias entidades com responsabilidade nesta área, como seja a Sra. Vereadora Marlene, a Dra. Marta do Centro de Saúde e os profissionais do Centro de Apoio à comunidade de São Brás de Alportel, para debater o assunto. Deslocamo-nos ao local, para averiguar o que se passa e tentar perceber o que se poderá fazer. Posteriormente, existe um encaminhamento adequado destes idosos, quer seja para a Segurança Social, para o Centro de Saúde ou para a Santa Casa da Misericórdia”.</p> <p>— “(...) sinalizar a situação e chegar junto à família, faz com que esta se sinta responsabilizada e tome outra atitude”.</p> <p>— “Recentemente, constituímos também um grupo no âmbito do <i>Ano Europeu do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações</i>, onde se encontram várias entidades: Centro de Saúde de São Brás, PTer de São Brás de Alportel, Junta de Freguesia de São Brás de Alportel, Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel” e Centro Distrital de Faro do Instituto de Segurança social”.</p>
8	<p>— “Vocacionados para auxiliar os idosos temos dois tipos de serviço. Temos o serviço de apoio domiciliário, ao nível da alimentação e higiene pessoal (...) uma vez por semana, fazemos a higiene habitacional”.</p> <p>— “Nas nossas instalações funciona um centro de dia, ao qual os idosos vêm uma vez por semana à quinta-feira. Passam cá o dia, almoçam, lançam e de seguida regressam a casa”.</p>
9	<p>— “Relativamente ao serviço que é prestado pela Santa Casa da Misericórdia (...) orientado para a terceira idade, temos um lar com capacidade para 85 utentes, temos de momento 88 idosos e existem cerca de 60 em lista de espera”.</p> <p>— “(...) um centro de dia que funciona juntamente com o lar, no qual se encontram inscritos cerca de 10 idosos”.</p> <p>— “(...) tentamos sempre (...) responsabilizar e envolver o familiar do idoso”.</p>

Questão n.º 4 — O que retratam as campanhas de sensibilização orientadas para os idosos?

**Quadro n.º 4 — Resposta à questão n.º 4**

Ent.	Ideias Importantes
3	— “(...) o crime de burlas”. — “(...) truques para reconhecer se uma nota é falsa”.
4	— “(...) prevenção de burlas e notas falsas.”
7	— “ (...) sessões de sensibilização dos idosos em colaboração com a GNR (...) orientadas para os crimes de burlas, especificando detalhes relativamente ao <i>modus operandi</i> do burlão, dando exemplo de casos que ocorreram ou falamos ainda de notas falsas”.

Questão n.º 5 — Quanto aos meios humanos e materiais, que possui para este tipo de serviço, considera que são suficientes para o que é exigido na atividade diária?

**Quadro n.º 5 — Resposta à questão n.º 5**

Ent.	Ideias Importantes
1	— “Eu considero que estes sejam suficientes. (...) gostaríamos de contar com maior número de efetivo, mas de momento esta é a realidade com que vivemos”.
3	— “(...) suficiente”.
4	— “(...) maior necessidade era termos um gabinete, pois a residência segura é um programa que teve bastante sucesso, e foi algo que desde que começou tem vindo a crescer muito e está a ganhar um volume de trabalho cada vez maior”.

Questão 6 — Relativamente à SPE, qual é a forma como esta se encontra implementada no DTer de Faro?

**Quadro n.º 6 — Resposta à questão n.º 6**

Ent.	Ideias Importantes
1	— “No DTer de Faro existe uma SPE com dois núcleos. Existe o NES, que assume maior relevo, e temos ainda o NRS”. — “Neste momento, para além do chefe da SPE, esta é composta por 2 militares afetos ao NES e 2 militares afetos ao NRS”. — “(...) quando é necessário fazer ações de sensibilização, junto da comunidade, o Sargento-Chefe Adjunto do Comando do Destacamento também é chamado a intervir (...)”. — “(...) a operação <i>Censos Sénior</i> tem sido levada a cabo pelos militares do Posto Territorial de São Brás de Alportel, pois são esses os militares que no dia-a-dia estabelecem maior contacto com aqueles idosos”.

Questão n.º 7 — Qual é a autonomia que é concedida aos militares da SPE para planearem e desenvolverem as suas tarefas?

**Quadro n.º 7 — Resposta à questão n.º 7**

Ent.	Ideias Importantes
1	— “Estes, contrariamente aos militares ao serviço de um Posto, é lhes dada alguma liberdade mas exigida uma maior responsabilidade (...)”. — “(...) eles propõem o seu horário de serviço, consoante as suas necessidades e submetem-no à apreciação”.

Questão n.º 8 — Os militares que integram a SPE têm algum tipo de formação específica? Sente que existe necessidade de formação adicional em alguma área?

**Quadro n.º 8 — Resposta à questão n.º 8**

Ent.	Ideias Importantes
1	— “Dado pela Instituição não. Por vezes frequentam localmente, de sua iniciativa, alguns seminários ou <i>workshops</i> . Recentemente, os militares dos programas especiais de todo o País receberam uma formação em Lisboa sobre os programas especiais, com a duração de um dia onde foram abordados também alguns conhecimentos na área da comunicação e da psicologia. Sim, é necessário sobretudo (...) para poder levar cabo algumas ações de sensibilização (...)”. — “A formação necessária não se trata apenas de conhecimentos técnicos nessas áreas, mas sobretudo acerca da melhor forma de transmitir uma mensagem que chegue ao seu público-alvo, de acordo com o objetivo pretendido”.
3	— “Sim, era importante termos formação. Nós quando encontramos um idoso, se considerarmos que este precisa de cuidados encaminhamo-lo para outra instituição, contudo, isto é baseado na nossa opinião pessoal. Depende da sensibilidade dos militares, eu posso ter uma avaliação e outra pessoa pode ter outro tipo de avaliação”.
4	— “(...) no referente aos idosos, acho que precisávamos de formação, por entidades que fazem estudos nesta área, como seja da APAV ou de profissionais da segurança social”.

Questão n.º 9 — Como é feita a escolha dos militares para integrar a SPE? Que características devem ter?

**Quadro n.º 9 — Resposta à questão n.º 9**

Ent.	Ideias Importantes
1	— “(...) foram escolhidos através de uma análise da sua postura, do seu profissionalismo (...)”. — “Quanto às suas características, os militares da secção asseguram uma completa disponibilidade para o serviço, pois pretende-se que prestem um serviço que não se restringe ao horário de expediente. A seleção dos militares leva em conta para além da sua competência para estas áreas de trabalho, a boa convivência do grupo de trabalho, que se aceitem e consigam trabalhar em equipa. Mais do que bons conhecimentos policiais, estes militares devem ter uma especial sensibilidade para se relacionar uma população com características próprias, como seja a das crianças ou a dos idosos”.

Questão 10 — Os militares que fazem parte da SPE estão apenas adstritos aos programas especiais ou também integram outras escalas?

**Quadro n.º 10 — Resposta à questão n.º 10**

Ent.	Ideias Importantes
1	— “Os militares reforçam também outras ações que implicam empenhamento global do Destacamento. Para além das operações previstas no Plano de Atividade Operacional, intervêm em grandes operações como seja o policiamento da Concentração <i>Motard</i> em Faro; na Semana Académica e na Feira da Serra em São Brás de Alportel.”

Questão n.º 11 — Entende que existe, por vezes, uma incompreensão por parte de outros militares que não conhecem este tipo de trabalho associado aos programas especiais, considerando que esta não é a verdadeira essência do serviço policial, normalmente associado à ideia de combate ao crime?

**Quadro n.º 11 — Resposta à questão n.º 11**

Ent.	Ideias Importantes
3	— “Eu confesso que eu próprio partilhei essa incompreensão. Quando eu estava a trabalhar no PTer, um pouco por <i>ignorância</i> , tinha a ideia de que os programas especiais eram como que uma <i>fuga</i> dos militares do posto, porque existe normalmente a ideia de que aqui se faz menos e se fazem menos horas. Mas, agora que estou neste lado, apercebo-me que não é bem assim. E acredito que à semelhança da ideia que eu tinha, esta é também a ideia que os militares do Posto têm. Às vezes, quando passo pelos militares do Posto de São Brás, eles ainda hoje me dizem na brincadeira <i>então já saís-te, não fazes nada? Agora já tens os fins de semana?</i> Na verdade, a diferença relativamente aos postos, é que aqui temos um horário mas, na verdade, esse horário

	nem sempre é cumprido, existem muitas vezes em que ficamos a trabalhar até mais tarde após o horário porque sentimos essa necessidade (...)."
4	— “Hoje que eu faço parte dos programas especiais tenho a percepção que sou visto como aqueles que só andam a <i>passar o tempo</i> , do mesmo modo que eu já tive essa percepção quando estava no outro lado. Mas isto é normal e acontece por falta de informação sobre o que são os programas especiais, só quando nos debruçamos efetivamente sobre este tipo de serviço é que percebemos a sua dimensão, e aí mudamos de opinião”.

Questão n.º 12 — Que parcerias são estabelecidas com outras entidades no âmbito da segurança dos idosos? Ainda que de forma informal, com que outras entidades existe cooperação neste âmbito?

**Quadro n.º 12 — Resposta à questão n.º 12**

Ent.	Ideias Importantes
1	<p>— “Não existem parcerias formais estabelecidas, apenas se realizaram algumas reuniões de coordenação”.</p> <p>— “(...) a Guarda ao desenvolver a sua ação preventiva no âmbito da segurança, compromete-se em dar um contributo importante ao nível do controlo de qualidade do apoio social prestado ao idoso, verificando por exemplo se o idoso está a receber ou não a sua pensão ou se lhe está a ser prestado o apoio social adequado. As restantes instituições, por sua vez comprometem-se em sinalizar-nos situações de vulnerabilidade em matéria de segurança e fornecer apoio social ou ajudar-nos no encaminhamento de situações de carência por nós detetadas”.</p> <p>— “A cooperação existente envolve diversas entidades, entre elas a Divisão de Ação Social da Câmara Municipal, a Junta de Freguesia, Santa Casa da Misericórdia e outras IPSS que prestam serviço no concelho, mas toda ela se faz de forma informal”.</p>

Questão n.º 13 — Ao longo da atividade que desenvolvem diariamente, tem existido alguma cooperação com a GNR? Se sim, como a caracteriza?

**Quadro n.º 13 — Resposta à questão n.º 13**

Ent.	Ideias Importantes
5	— “(...) ações de sensibilização com a Guarda (...)”.
6	<p>— “(...) temos tido uma relação privilegiada com a GNR. Nós temos um contacto muito próximo com o Cmdt de Posto Luís Guerreiro”.</p> <p>— “Contamos frequentemente com a Guarda e com a Junta de Freguesia para realizar ações de sensibilização. Aliás o primeiro curso livre que realizámos na <i>Universidade Sénior</i>, que foi sobre uma temática da segurança, contámos com um elemento da GNR para dar a formação”.</p>
7	— “O ano passado fizemos cerca de 15 a 20 sessões de sensibilização dos idosos, em colaboração com a GNR”.
8	— “Não existem nenhum tipo de atividade específica que desenvolvamos em conjunto com a GNR”.
9	— “Nós não temos desenvolvido atividades conjuntas em cooperação com a Guarda”.
10	— “(...) nós não desenvolvemos nenhuma parceria com a GNR”.

Questão n.º 14 — A análise da criminalidade de São Brás de Alportel mostra-nos que, ao longo destes últimos 3 anos, apenas foi registado um único crime de violência doméstica, quando, segundo relatório da APAV dos últimos 10 anos, 76,7% dos crimes contra idosos foram de violência doméstica. Considera que este poderá ser um crime que afeta os idosos no concelho, mas que por razões de variada ordem, não é denunciado?

**Quadro n.º 14 — Resposta à questão n.º 14**

Ent.	Ideias Importantes
3	— “Apenas quando nós vamos à serra a fazer campanhas de sensibilização é que as pessoas nos falam

	acerca dos crimes que sofreram durante o período que nós estivemos fora, e dos quais nós não tivemos conhecimento”.
5	— “A violência doméstica é já por si só um tipo de crime que afeta o foro privado das pessoas e que as leva a esconderem o que se passa. Quando as vítimas são idosos a situação agrava-se ainda mais. As situações de denúncias que temos contra idosos são normalmente comunicadas por vizinhos e não pela própria vítima. Após recebermos a denúncia vamos ao local para tentarmos perceber o que se passa, mas na maior parte das vezes não temos sucesso. Quando chegamos ao local as pessoas reagem como se tudo estivesse normal e negam a existência de qualquer tipo de violência, mesmo quando existem evidências claras de esta ter ocorrido.” — “Quando perante um crime nós tentamos incentivar as pessoas a apresentar queixa, e algumas até apresentam, no entanto outras recusam-se a fazê-lo”.
6	— “Eu acho que esses dados acerca da criminalidade aqui no concelho, não refletem completamente a realidade”. — “Quanto à própria violência doméstica já se torna complicado haver denúncia, no entanto se um pai for agredido por um filho torna se, ainda, mais difícil”.
7	— “Até pode acontecer que por vergonha existam casos que não sejam denunciados (...) por vezes, associado à agressão existe também uma dificuldade financeira e as pessoas sentem necessidade de ir ao gabinete da Junta ou da Câmara a pedir auxílio, e, depois, acabam por confessar. Só aí é que nós conseguimos detetar as situações. E as pessoas normalmente também não querem que aquilo que nos contam se divulgue (...)”.
8	— “ (...) se houver violência doméstica contra idosos existe tendência para encobrir o que se passa, pelo peso social e para não ser comentado, pelo que eles, na sua grande maioria, preferem sofrer em silêncio, não dizendo nada, sobretudo às autoridades”.
9	— “Eu acredito que haja situações escondidas e que não sejam denunciadas (...)”. — “(...) mas simultaneamente, na minha opinião, hoje em dia existe já muita divulgação, muito conhecimento e instrumentos que permitem sinalizar e extinguir tais situações”.
10	— “Sim, temos por exemplo uma idosa (...) nós denunciámos a situação à polícia (...) contudo, a senhora recusou-se insistentemente a falar com a polícia”.

Questão n.º 15 — Quais as razões que podem levar a que os idosos escondam este tipo de crimes?

Quadro n.º 15 — Resposta à questão n.º 15

Ent.	Ideias Importantes
2	— “As pessoas muitas vezes não dão conhecimento dos ilícitos, pelo fato de a justiça ser morosa e terem que se deslocar várias vezes ao tribunal ou ao posto da GNR e isto trazer de algum modo bastante transtorno e custos. Também pelo fato de depois terem de algum modo constituir advogado e isso trazer também despesas e o medo de represálias, mais tarde, caso sejam conhecidos os autores do ilícito”.
3	— “É certo que o Posto da GNR é longe e a maior parte das pessoas não têm carro, mas quando nós perguntamos a razão pela qual não apresentaram denúncia, estas respondem que <i>dá muito trabalho</i> e é mais o dinheiro que vão gastar do que aquele que vão receber”. — “O aspeto financeiro pode ser determinante para os idosos, principalmente os do lado da serra, (...) por outro lado apresentar uma denúncia contra um familiar é a maior vergonha que pode haver”.
4	— “No entanto, o idoso normalmente tem vergonha, pois às vezes é o filho, o sobrinho ou o neto que vive com ele e que lhe fica com a reforma. E é na maioria das vezes o próprio idoso que os defende, por exemplo <i>o meu neto é um coitadinho, ele não tem culpa</i> ”.
5	— “Muitas mulheres adultas apresentam queixa, porque ainda têm esperança de ter uma vida onde possam ser felizes e querem acabar com o sofrimento. Contudo a partir de determinada idade não existe grande esperança de poder reconstruir uma nova vida, para além de ser muito improvável para um idoso arranjar emprego, o que também não ajuda”. — “São inúmeras as razões para que tal aconteça, por vezes as vítimas encontram-se na dependência do agressor quer ao nível financeiro, quer ao nível de cuidados e não têm mais nenhum sítio para onde ir. Outras não o fazem por terem vergonha das situações em que vivem, e vergonha dos próprios filhos”.
6	— “Normalmente o pai agredido pelos próprios filhos julga que foi ele que os educou mal, que falhou, e se o filho o agredido é porque alguma coisa de errado ele fez para o merecer. Por outro lado os idosos estão frequentemente dependentes, economicamente, dos próprios filhos”. — “(...) vergonha (...)”. — “Normalmente quando é uma coisa contra vizinhos, pensam logo <i>é mais o dinheiro que gasto do que aquele que eu vou receber</i> , e então abstêm-se de apresentar queixa”.
7	— “(...) por vergonha (...)”.
8	— “(...) pensam <i>vou denunciar a pessoa que me maltrata e depois vou para onde?</i> ”.

	— “(...) o cuidador é aquele que agride”.
<b>9</b>	— “(...) com o receio de não prejudicar família, ou por vergonha (...)”.

Questão n.º 16 — Na sua opinião, considera que as pessoas têm conhecimento dos custos associados a uma denúncia?

**Quadro n.º 16 — Resposta à questão n.º 16**

Ent.	Ideias Importantes
<b>3</b>	— “Eu acredito que metade das pessoas para além de desconhecer os custos, julga mesmo que tem de pagar”.
<b>5</b>	— “Quando nós recebemos uma denúncia incentivamos as pessoas a apresentar queixa, no entanto a primeira que normalmente perguntam é <i>quanto é que vou ter de pagar?</i> ”
<b>6</b>	— “Eu acho que a questão do custo só surge quando é necessário ir a tribunal”.

Questão n.º 17 — Como está organizado o efetivo policial no Posto de São Brás de Alportel? Como é desenvolvido o patrulhamento para fazer face aos idosos que vivem isolados?

**Quadro n.º 17 — Resposta à questão n.º 17**

Ent.	Ideias Importantes
	— “(...) o posto tem capacidade para 24 homens, contudo de momento o efetivo é apenas de 22 homens. Destes, 4 encontram-se em diligência, pelo que conto apenas com 17 militares”.
<b>2</b>	— “(...)dividi a área de ação do posto por várias zonas, e optei por atribuir cada zona a 2 militares. Em 2 ou 3 casos existem 4 militares por zona, dependendo do número de idosos que aí residem. Eu fiz a distribuição de modo a que todos os patrulheiros tivessem o mesmo número de idosos para ver. O facto de existirem dois militares para cada idoso permite que o militar nunca vá à sua residência sozinho, e por outro lado se um dos militares estiver de férias, o outro pode sempre visitar o idoso. Aos idosos da zona da serra, sou eu próprio, normalmente, com outro militar que faço o patrulhamento, uma vez por semana”.

## **Anexos**

## **Anexo A**

### **Objetivos ministeriais do programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança”**

Os objectivos fundamentais deste programa são (MAI b apud Costa P., 2002, p. 42):

1. Implementar um modelo de acção policial orientado para as necessidades de segurança e de salvaguarda dos direitos da população idosa;
2. Aumentar a visibilidade da presença policial, através da colaboração directa com as instituições que prestam apoio a esta população, designadamente através de:
  - Realização de acções de formação dirigidas aos prestadores de cuidados aos idosos sobre medidas de prevenção e protecção e sobre a estrutura e funcionamento das Polícias;
  - Recolha e troca de informação pertinente para a acção policial orientada para a prevenção da criminalidade e redução do sentimento de insegurança.
3. Incentivar o desenvolvimento de iniciativas institucionais formais visando um maior e melhor apoio aos idosos;
4. Co-responsabilizar e unir mais o tecido social português, com vista a uma maior solidariedade nacional, impedindo-se deste modo a desagregação e criação de grupos sociais isolados;
5. Disponibilizar gratuitamente linhas telefónicas para os idosos mais isolados e carenciados, através do protocolo com a Portugal Telecom.

Ou seja, os objectivos operacionais e instrumentais do Programa são:

1. Implementar a nível nacional, e com carácter permanente, um modelo de acção policial preventiva da criminalidade, orientado para as necessidades de segurança e de salvaguarda dos direitos dos cidadãos idosos. Este objectivo será atingido com a prévia e contínua cooperação institucional, nomeadamente dos Governos Cívicos e autarquias, decorrente da informação social que sobre a problemática da insegurança das pessoas idosas puder ser carreada para as Polícias;

2. Garantir que esse modelo de acção policial preventiva se traduza por aumento efectivo de visibilidade da presença policial nos locais, públicos ou privados, onde a presença dos cidadãos idosos tem acrescido notoriedade. Este objectivo será atingido através da introdução de alterações no patrulhamento de determinadas zonas e da criação de novas rotinas de patrulhamento em locais caracterizados pelo seu isolamento;
3. Conferir aos meios de comunicação directa já existentes entre o cidadão e cada uma das Polícias uma maior eficácia por via da sua racionalização e agilização, e implementar os meios julgados necessários nas áreas territoriais ou locais específicos (públicos ou privados: onde se diagnosticarem carências graves desses meios de comunicação. Este objectivo será atingido com a divulgação exhaustiva sistemática de folhetos contendo informações úteis, nomeadamente números de telefone e conselhos práticos, a par da criação de uma linha específica (número nacional) para recepção de queixas e de informações que as pessoas idosas entendam dever formular às Polícias. Em locais identificados como críticos, este objectivo será atingido com a colocação de linhas telefónicas (domiciliadas ou públicas).

## **Anexo B**

### **Programa “Apoio 65 — Idosos em Segurança” na GNR**

#### **Programa Apoio 65 — Idosos em Segurança (GNR, 2012 b)**

O Programa Apoio 65 — Idoso em Segurança, é uma iniciativa do Ministério da Administração Interna que visa:

- Garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas; (Apoio à camada da população mais desfavorecidas/vulneráveis, como é o caso dos idosos, principalmente os que vivem mais afastados ou isolados dos centros populacionais mais activos, assume uma especial relevância, e enquadrável no apoio social que à Guarda é cometido, dentro desta nova filosofia do servir socialmente);
- Promover o conhecimento do trabalho da GNR junto desta população; e
- Ajudar a prevenir e a evitar situações de risco. (No intuito de aumentar o grau de confiança e conhecimento, direccionou-se o patrulhamento, conseguindo-se assim um conhecimento mútuo muito melhor e mais aprofundado.
- Levantamento exaustivo dos idosos a viverem isoladamente, foram referenciadas pequenas comunidades e elaboradas listas de instituições públicas e privadas directamente ligadas ao apoio que a estes deve ser conferido).

Através de:

- Reforço de policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos;
- Criação de uma rede de contactos directos e imediatos entre os idosos a GNR, em caso de necessidade;
- Instalação de telefones nas residências das pessoas que vivem mais isoladas e tem menores defesas; e
- Colaboração com outras entidades que prestam apoio à 3ª idade.

## Anexo C

### Operação “Censos Sénior 2012”

#### ASSUNTO: “OPERAÇÃO CENSOS SÉNIOR 2012”<sup>40</sup>

A “Operação Censos Sénior 2012” foi executada pelos militares afetos às Secções de Programas Especiais que pertencem aos Destacamentos Territoriais e contaram com o reforço dos militares dos PTer da GNR, que durante os 46 dias da operação procederam ao registo dos idosos que residem sozinhos e/ou isolados, tendo contado com a colaboração de várias instituições onde se incluem Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Misericórdias, etc. Os militares realizaram ainda ações de sensibilização e distribuíram folhetos com conselhos sobre a prevenção da criminalidade.

A “Operação Censos Sénior 2012” abrangeu toda a área à responsabilidade da GNR, que corresponde a 94% do território nacional e a 54% da população residente. Nos Açores a GNR só tem responsabilidade na Ilha do Corvo e não tem qualquer responsabilidade territorial na Madeira.

No âmbito da operação **foram registados 23.001 idosos** a residir sozinhos e/ou isolados na área da GNR. Pretende-se com esta atividade contribuir para que nenhum idoso fique sem apoio, sinalizando aqueles que estão em perigo, para que todos os idosos com necessidades possam ter o respetivo apoio.

Do total dos idosos registados, **18.082 idosos** encontram-se a residir sozinhos, o que representa cerca de 78,6%, **2.483 idosos** encontram-se a residir em locais isolados, o que representa cerca de 10,8% dos idosos registados e **2.436 idosos encontravam-se a residir sozinhos e em locais isolados**, o que representa cerca de 10,6% do total.

Do total dos idosos registados, cerca de 63,5% são do sexo feminino e os restantes 36,5% são do sexo masculino.

---

<sup>40</sup> No presente texto foram corrigidas gralhas, imprecisões e erros.

Os idosos registados apresentam uma média de idades de 78,3 anos, sendo que os mais velhos têm 103 anos, sendo dois do sexo masculino e um do sexo feminino, que vivem sozinhos e não isolados. O idoso mais velho a residir isolado tem 100 anos.

No que diz respeito ao estado civil: 59,0% são viúvos(as), 26,5% são casados(as), 11,3% são solteiros e 3,2% são divorciados(as).

A maioria dos idosos, cerca 13.892, o que representa 60,4%, não recebem qualquer apoio, por não necessitarem, sendo que **1.584 idosos dependem de terceiros por motivos de saúde** o que representa 6,9%. Os restantes 9.109 (39,6%), recebem os seguintes apoios:

- Apoio domiciliário (37,3%);
- Do Centro de Dia (34,1%);
- Da família (17,8%);
- Segurança Social (6,3%);
- Teleassistência (0,1%); e
- Outro (4,4%).

Verifica-se que cerca de 1.304 idosos (5,7%) não têm qualquer familiar, sendo que desses 575 não têm qualquer apoio, tendo sido sinalizados 53 idosos por não terem qualquer rede de apoio, às várias instituições que trabalham nesta área. Nestas situações, em que foi registado um idoso sem familiares vivos, é feita uma avaliação da sua autonomia. Se o idoso não for autónomo e se não tiver qualquer tipo de apoio é sinalizado para a instituição mais adequada ao seu problema, por se encontrar em perigo. No total foram **sinalizados 343 idosos** a várias instituições, nomeadamente:

- Serviços Sociais da Câmara Municipal (61,5%);
- Segurança Social (22,3%);
- Centro Comunitário (6,7%);
- Misericórdias (4,4%);
- Serviços de Saúde (0,6%); e
- Outro (4,5%).

Foram ainda elaborados 5 autos de notícia pelos crimes de violência doméstica e maus tratos.

Em média os idosos registados encontram-se a cerca de 9,2 km do Posto da GNR mais perto, sendo que o idoso a residir sozinho mais longe, encontra-se a 42 km do Posto da GNR mais perto. Existe ainda um conjunto de 10 idosos a residir em locais isolados, que se encontram a 40 km do Posto GNR mais perto.

No que diz respeito à existência de telefone, apenas 68% têm telefone na sua residência.

A seguir apresentam-se os dados totais por distritos:

<b>DISTRITOS</b>	<b>IDOSOS</b>
Aveiro	1.250
Beja	1.820
Braga	644
Bragança	2.442
Castelo Branco	1.810
Coimbra	936
Évora	2.037
Faro	597
Guarda	1.912
Leiria	728
Lisboa	583
Portalegre	986
Porto	1.305
Santarém	2.131
Setúbal	1.023
Viana do castelo	321
Vila real	645
Viseu	1.807
Açores (corvo)	24
Total	23.001

Os concelhos com maior número de idosos são os a seguir indicados por ordem decrescente:

- Vimioso com 626 idosos (Bragança);
- Castelo Branco com 572 idosos (Castelo Branco);
- Montemor-o-Novo com 500 idosos (Évora);
- Torre de Moncorvo com 451 idosos (Bragança);
- Estremoz com 428 idosos (Évora); e
- Mértola com 380 idosos (Beja).

A atividade da Guarda desenvolvida no âmbito da “Operação Censos Sénior” suscitou grande interesse, quer ao nível governamental, onde se incluem os Ministérios da Solidariedade Social, da Saúde e da Administração Interna, quer pelas várias instituições que tratam a problemática do envelhecimento, bem como pelos OCS locais e nacionais que realizaram várias reportagens. Também a sociedade civil manifestou o seu reconhecimento à GNR, pela realização desta **boa prática**.

É intenção do comando da GNR repetir a operação ainda este ano, no 2.º semestre de 2012.

Para esta operação serão solicitados, à Direção Geral da Administração Interna, dados sobre a população idosa, residente na área da GNR, ao abrigo do art.º 23.º da Lei de Proteção de Dados e do art.º 16.º da Lei do Recenseamento Eleitoral, alegando-se o interesse público da operação, para melhor orientar o esforço da GNR, de modo a não ficar nenhum idoso sem apoio, quando desse necessita.

Lisboa, Carmo, 19 de março de 2012

## Anexo D

### Formação “Apoio a pessoas idosas vítimas de crime e de violência”



**Modalidade de Formação:** Formação Contínua

**Forma de Organização:** Forma Presencial em Sala

**Área de Formação:** 760

**Competências Adquiridas:**

Aquisição de competências técnicas ao nível pessoal e profissional, nomeadamente a através da compreensão do processo de envelhecimento, da identificação e reconhecimento de situações de violência ou/e de crime contra as pessoas idosas, bem como enquadrar a resposta legal adequada.

**Programa:**

1º dia – 450 Minutos		
	Módulo	Duração
1ª Sessão	Apresentação/ Introdução ao tema	30 Minutos
2ª Sessão	Módulo I – Envelhecimento	120 Minutos
3ª Sessão	Módulo II – Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência	180 Minutos
4ª Sessão	Módulo III – Identificação da Vitimação	60 Minutos
5ª Sessão	Módulo IV – Níveis de Prevenção da Vitimação das Pessoas Idosas	60 Minutos
2º dia – 450 Minutos		
	Módulo	Duração
6ª Sessão	Síntese e reflexão sobre os temas abordados	65 Minutos
7ª Sessão	Módulo V – Direito Penal: Tramitação do Processo Penal	90 Minutos
8ª Sessão	Módulo VI – Internamento Compulsivo	90 Minutos
9ª Sessão	Módulo VII – Direito à Informação e Consentimento Informado	60 Minutos
10ª Sessão	Módulo VIII – Maiores em Situação de Incapacidade	60 Minutos
11ª Sessão	Módulo IX – Prestação de Alimentos	30 Minutos
12ª Sessão	Módulo X – Violência Doméstica Contra Pessoas Idosas	40 Minutos
	Exercício de avaliação qualitativa	15 Minutos
<b>TOTAL</b>		<b>900 MINUTOS</b> <b>15 Horas</b>